



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Carlos de Aquino Pereira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof<sup>a</sup> Juleusa Maria Theodoro Turra

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIÒGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXIX - Nº 165 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 1997**

---

## SUMÁRIO

Barbosa Lima Sobrinho no seu centenário .....	109
Odilon Nogueira de Matos	
Leopoldo Amaral, um jornalista que também fez história .....	114
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A cozinha mineira na História do Brasil .....	117
Duílio Battistoni Filho	
Apontamentos sobre a poligrafia do Visconde de Taunay .....	128
Maria Lúcia Lichtscheidl Maretti	
A Bruxaria: o protótipo da rebeldia .....	134
João Ribeiro Júnior	
A eternidade de Eça de Queiroz .....	138
Marino Falcão	
A Princesa Imperial Dona Isabel e as câmaras fluminenses .....	149
Thalita de Oliveira Casadei	

A Capitania de São Paulo através dos tempos .....	151
Arthur Virmond e Supplicity de Lacerda	
<b>De uma pasta de velhos recortes</b>	
Rui Barbosa e a emancipação dos escravos .....	157
Astrojildo Pereira	
<b>Memória Campineira</b>	
A filha do Barão .....	171
Célia Siqueira Farjallat	
<b>Textos</b>	
Decadência das capitanias mineiras .....	174
João Manoel de Sequeira	
Festa de casamento numa corte senhorial da França meridional no século XIII (Anônimo) .....	175
<b>Vultos da Historiografia Brasileira</b>	
Barbosa Lima Sobrinho .....	177
<b>Seleta</b>	
Alberto Torres e Oliveira Viana .....	179
Barbosa Lima Sobrinho	
<b>Rabiscos de um escrevinhador</b>	
Testemunho do isolamento paulista .....	187
A propósito da expansão paulista .....	188
Santo Odilon e o Dia de Finados .....	190
Paulistanismo necessário .....	192

# BARBOSA LIMA SOBRINHO NO SEU CENTENÁRIO

Odilon Nogueira de MATOS

Os cem anos de Barbosa Lima Sobrinho, merecidamente festejados por todas as entidades culturais do país, propiciaram-me o privilégio - realmente um privilégio! - de, pela terceira vez em minha vida ocupar-me de centenários de figuras ainda vivas e em plena atividade. Foram os outros dois o General Raul Silveira de Melo, ilustre militar e historiador, gaúcho de nascimento, mas que se dedicou quase a vida toda a estudos relativos à história matrogrossense, e o Coronel Waldomiro de Vasconcelos Ferreira, meu preclaro confrade da Academia Campinense de Letras, por coincidência também gaúcho. A propósito deste, escrevi na ocasião que talvez fosse nossa Academia Campinense a única academia do mundo a ter um titular centenário. Hoje, esse privilégio é dividido com a Academia Brasileira, na pessoa de Barbosa Lima Sobrinho.

Muito se ocuparam os jornais da significativa ocorrência de 22 de janeiro, relatando, através de reportagens e entrevistas, os traços mais expressivos da vida e obra do ilustre acadêmico, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Há pouco mais de um ano, tive o privilégio de dele receber delicada carta agradecendo a remessa de meu livro **O Brasil na "Brasiliana"**, por ele considerado "de grande utilidade para os leitores", tendo em vista, principalmente, que os livros da preciosa coleção encontram-se todos esgotados.

Além desse volume sobre a "Brasiliana", no qual me ocupei do pequeno, mas precioso livro de Barbosa Lima Sobrinho intitulado **O devassamento do Piauí** (1946), tive oportunidade de cuidar de diversas outras obras de interesse para os estudos históricos, de autoria do centenário escritor e acadêmico, especialmente **Presença de Alberto Torres**, de 1968, e, bem mais recente, a **Antologia do "Correio Braziliense"**, de 1979 e, também deste

mesmo ano, o prefácio à **Relação de uma missão no Rio São Francisco**, de Frei Martinho de Nantes, do qual Barbosa Lima já se havia ocupado em seu livro **Pernambuco e o São Francisco**, de 1929.

Apraz-me registrar que meu primeiro contato com a obra de Barbosa Lima Sobrinho foi através de seu livro **A verdade sobre a revolução de Outubro**, publicado em 1934 e considerado digno de reedição trinta anos depois. Nele se encontra uma das melhores análises da situação política do Brasil naquela fase tão importante de nossa evolução histórica.

As notícias relativas ao centenário do escritor pernambucano deram ênfase especial ao sentido nacionalista de sua obra e de sua atuação política. Um nacionalismo de que talvez se possa discordar em alguns pontos, mas de cuja sinceridade e sobretudo honestidade não se poderá duvidar. Foi esse mesmo nacionalismo que o levou a escrever o pequeno livro **Desde quando somos nacionalistas** (na coleção dos "Cadernos do Povo", da Civilização Brasileira, 1963). E, mais ainda, levou-o a tratar de Alberto Torres e de Hipólito da Costa. E se poderá recuar ainda mais: para ele, o nacionalismo começou com a expulsão dos homandeses no século XVII, tema de um dos seus primeiros estudos.

Na impossibilidade de abordar nesta nota toda a obra de Barbosa Lima Sobrinho, cuidarei particularmente de seus livros sobre o jornalista do "Correio Braziliense" e do pensador fluminense.

\*

Constitui a **Antologia do "Correio Braziliense"** - belo volume de mais de 600 páginas, lançado pela Editora Cátedra, do Rio de Janeiro, 1979, verdadeiro complemento ao que já se havia escrito sobre Hipólito da Costa (1774-1823), notadamente ao livro de Carlos Rizzini, publicado vinte anos antes, **Hipólito da Costa e o "Correio Braziliense"**, volume 13 da série "Grande Formato", da coleção "Brasiliana".

Observa com toda a propriedade o ensaísta pernambucano que a ação do periódico de Hipólito representou um esforço de pioneirismo em prol da independência do Brasil. A começar pelo título: "Correio Braziliense". O gentílico usual era (e continua sendo) "brasileiro", que vinha da fase das primeiras explorações do território, para caracterizar os que se dedicavam ao comércio do "pau brasil" ou simplesmente "brasil" e acabou designando todos os que

vinham "fazer o Brasil". Mais tarde, surgiria o "brasiliano" (mais correto), mas Hipólito preferiu o "Braziliense" (com "z" em lugar de "s"), que adotou para distinguir os já nascidos no Brasil. Não há como deixar de ver, nessa distinção, uma afirmação de autonomia, separando duas regiões que eram ainda apresentadas como uma só.

Para Barbosa Lima Sobrinho o que mais surpreende no jornal de Hipólito é a extrema variedade de temas que o compõem e a extensão da cultura que neles revela seu redator. Hipólito da Costa "conhece e discute tudo" e mesmo em comparação com os periódicos que vão surgir no Brasil, "é o melhor informado de todos eles, o que melhor conhece e discute os problemas brasileiros".

E nessa preocupação de "discutir os problemas brasileiros" revela-se o traço mais acentuado do jornalista, qual o sentido nacionalista de seus interesses. Sei que não é fácil falar em nacionalismo quando nem havíamos feito ainda nossa emancipação política. Mas, aí é que está, ao que se deduz, o mérito maior de Hipólito. Torna-se ele como que um pioneiro do nacionalismo, ousado demais para a época. Tanto, que foi editar seu jornal na Inglaterra, o que dificilmente teria sido possível no Brasil. E esse nacionalismo - sabem-no todos - varou o século e meio que nos separa de sua época, cheio de altos e baixos, só se afirmando de uma maneira mais definida depois de 1930.

A **Antologia** organizada e publicada por Barbosa Lima Sobrinho revela toda a variedade de interesses dos temas tratados pelo jornalista em seu periódico de Londres, oferecendo-nos riquíssimo material, valioso, inclusive, para trabalhos de seminários nas universidades (particularmente nos cursos de jornalismo e de comunicações), com textos criteriosamente escolhidos, abrangendo a mais extensa gama de problemas de valia para o conhecimento daqueles tempos que assinalaram os primórdios de nossa vida independente.

Creio de justiça recordar que, em linha semelhante ao seu livro sobre Hipólito da Costa, publicou Barbosa Lima Sobrinho um volume dedicado a Silva Jardim, reunindo discursos, opúsculos e manifestos do ardoroso republicano. Edição da Universidade Federal Fluminense, 1973.

\*

Apreciando a obra de Barbosa Lima Sobrinho sobre Alberto Torres, afirmo, creio que bem de propósito, que ela representou um

"redescobrimto" do pensador fluminense, acrescentando, ainda que talvez se pudesse mesmo falar num segundo redescobrimto.

Ao falecer em 1917, deixou Alberto Torres uma obra que bem lhe valeu a qualificação de ter sido seu autor um dos maiores pensadores políticos da República. Uma obra que ficou incompleta, suficiente, porém, para que se vislumbra, através dela, a segurança e a propriedade do pensamento do grande fluminense. Deixou discípulos que cuidaram de divulgar suas idéias: Oliveira Viana, Saboia Lima, Alcides Gentil... Tanto se interessaram pelo pensamento torreano que não demoraram a fundar uma "Sociedade dos Amigos de Alberto Torres", uma das mais sérias entidades culturais dedicadas a assuntos políticos surgidas em nosso país.

Mas, com todo esse esforço, sua obra, quinze anos após o falecimento do autor, já estava praticamente esquecida, com os volumes de 1914 totalmente esgotados, encontráveis apenas em bibliotecas privilegiadas. A revolução de 1930 ou, melhor, a verdadeira renascença cultural que dela resultou no sentido de um melhor conhecimento do Brasil, foi buscar no pensador fluminense uma fonte para a sua realização. E... redescobriu-se Alberto Torres. Alcides Gentil elaborou um precioso ideário do escritor; Cândido Mota Filho publicou excelente livro com o significativo título **Alberto Torres e o tema de nossa geração**, e, como se não bastasse, os seus dois livros mais importantes - **O Problema Nacional Brasileiro** e **A Organização Nacional** - foram reeditados na preciosa coleção "Brasiliana", então no seu início. Foi o primeiro redescobrimto.

Os que pretendiam salvar o Brasil, corrompido por quase quarenta anos de um regime viciado, como frequentemente se dizia, descobriram que o grande pensador fluminense poderia servir-lhes em muito. Daí, o novo interesse em torno de sua obra. Mas, pouco depois veio o "Estado Novo", época nada propícia a reflexões políticas, pela própria extinção de todos os partidos, veio a Segunda Guerra Mundial, que mudou substancialmente a maneira de pensar com relação a muita coisa e, durante pelo menos vinte anos, não se falou mais em Alberto Torres, que voltou ao mesmo esquecimento em que jazera na década de 20.

Foi depois desse segundo "eclipse" que surgiu o livro de Barbosa Lima Sobrinho, significativamente intitulado **Presença de Alberto Torres** (Civilização Brasileira, 1968), mostrando-nos que Torres, pela visão muito nítida dos problemas brasileiros, estava em condições de exercer a sua ação benéfica como um programa político superior a qualquer plano partidário. Seu livro valeu, assim, como já se disse, por um "novo redescobrimto" do autor fluminense.

O mais importante no caso, segundo se depreende, é considerar que os responsáveis pelas "descobertas" de Alberto Torres são homens de variadíssimas tendências ideológicas. O fato de um mesmo autor ser igualmente utilizado por correntes de pensamento diversas (e até opostas) afigura-se como a maior garantia do valor de sua obra. É porque nela, de fato, há qualquer coisa que transcende dos estreitos limites ideológicos e defende postulados que não podem deixar de interessar a quantos, quaisquer que sejam suas posições, se disponham a dedicar um minuto de reflexão em torno dos problemas brasileiros. É claro que não se poderá tomar hoje a obra torreana sem submetê-la à crítica do tempo. Mas isso não invalida a sua "presença" tão bem assinalada pelo centenário acadêmico, político e historiador em seu livro, inegavelmente o mais importante de sua rica produção.

## LEOPOLDO AMARAL, UM JORNALISTA QUE TAMBÉM FEZ HISTÓRIA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Sendo a vida, entre outros aspectos, uma desprezenciosa amizade, um amor sem cobrança, uma vontade de sempre fazer algo pelo bem-comum, posso então dizer que Leopoldo Amaral, para a sua cidade e em sua vida, conseguiu pôr em prática o que pensamos ser importante para o indivíduo em sua jornada pela terra. Seu profícuo trabalho é o testemunho deixado que serviu a sociedade, viveu plenamente, sem apenas ver a vida passar.

Não pretendo nestas breves considerações esgotar assunto sobre tudo que poderia ser dito acerca deste jornalista/cronista; tão somente apontarei, como amostragem, o que fez ele por nossa Campinas. Aliás, não é nada fácil lidar-se com personagens de destaque numa comunidade, principalmente pelo temor de incorrer em injustiças, ou, pelo contrário, em ociosos elogios. Por isso, tenciono apenas homenageá-lo e à minha Campinas, a velha cidade de meus ancestrais, fundadores e construtores dela, a cidade de minha infância descontraída, de meus deleitados sonhos e angústias de adolescente, a cidade da mulher que constituiu família, que viu seu filho nascer e crescer e que presencia, pouco a pouco, seus entes queridos irem partindo...

Fora Leopoldo Amaral, filho de Antônio Francisco do Amaral Gurgel, lavrador e comerciante, e de Maria Isabel de Melo, um eminente jornalista de Campinas, sua terra natal, onde nasceu aos 20 de dezembro de 1856, aqui mesmo falecendo em 31 de maio de 1938.

Seus primeiros estudos foram feitos com um seu parente - o Prof. Quirino do Amaral Campos - complementando-os, a seguir, na "Escola Régia", com Manoel da Luz Sintra. Os estudos secundários foram realizados sob a orientação do Pe. Joaquim José Vieira, conhecido por sua magnitude e desprendimento, características essas que jamais abandonaram seu discípulo Leopoldo Amaral.

Iniciou sua carreira jornalística publicando exercícios literários, peculiares à mocidade de então, e, só mais tarde, entregou-se à reportagem jornalística propriamente dita. Em 1875, vamos encontrá-lo como correspondente de "A Província de S. Paulo", periódico, já consagrado na época. Sua contribuição fora de tal ordem que manteve o cargo até idade bastante avançada. Também escreveu em periódicos locais, o que demonstra sua incessante atividade, versando sempre os temas históricos, retratando com vivo colorido e versatilidade o cotidiano campineiro.

Mas, para sobreviver, fez-se comerciante, embora sem abandonar as letras, e, em 1887, fazia parte da firma Martins, Leopoldo & Cia., com loja de fazendas, armarinhos e modas, instalada à rua Direita, 47 (atual Barão de Jaguará). Tal experiência lhe trouxe uma grande vantagem: o aguçamento de seu espírito crítico e observador, o que, diga-se de passagem, mais ainda o aproximou da escrita, chegando mesmo, nesta época, a publicar um rodapé sob o título "O metro pela pena", onde jocosamente explicava sua atitude.

Investigador paciente de arquivos, testemunha ocular de vários episódios da vida campineira, não pôde deixar de envolver-se em momentos significativos de nossa história nacional, quais sejam o movimento abolicionista e o republicano, aí demonstrando sua opinião favorável ao trabalho livre e assalariado, bem assim, sua luta pela democracia.

Com a proclamação da República, conquistou o cargo de Delegado de Política em Campinas, e, logo após, tornou-se secretário interino da Câmara Municipal, cargo em que veio a aposentar-se em 1915, quando foi substituído por outro jornalista de escol - Benedito Otávio - que, aliás, fora por longos anos seu auxiliar naquela casa.

A familiaridade com os velhos papéis relativos à vida campineira, propiciou-lhe a oportunidade de escrever significativas páginas sobre a história da cidade, figurando, entre elas, os **Almanaques** que editou, até hoje fonte importante para o conhecimento de Campinas de outrora. Neles, bem à moda dos velhos almanaques, há de tudo: desde as informações rotineiras próprias de qualquer livro dessa natureza, relativas ao tempo ou à produção agrícola do município, até páginas literárias de muita sensibilidade: entre umas e outras, crônicas sobre a vida campineira, hoje importantes para o resgate dessa memória, como é o caso, entre outras, sobre as divisas de Campinas, sua Biblioteca Municipal, sobre o matadouro, seus mercados, sua polícia, sobre a fundação da Companhia Mogiana, o Passeio Público, o Bosque dos Jequitibás...

Todavia, não se limitou a isso a contribuição de Leopoldo Amaral para o conhecimento do passado de nossa cidade. Vale destacar também a série

de crônicas publicadas em "O Estado de S. Paulo" e que foram posteriormente reunidas para formar o volume **Campinas: recordações**, de 1927. Claro que nem tudo está aí reunido; certamente escreveu mais, encontrando-se ainda esparsas muitas de suas crônicas pelas páginas do jornal. Entre outras delas, podemos lembrar as que deixou sobre o "Culto à Ciência", a Catedral, as Festas do Divino, as palmeiras do Jardim, o braço da cidade... Vale salientar que, em todas elas, tratando-se de um jornalista de fina sensibilidade, pôde contribuir para o retrato da vida social da cidade, com a necessária evocação dos costumes do tempo, sem cair no supérfluo e na pieguice, mas, sobretudo, registrando aquilo que a seu ver revestiu-se de maior significação.

Quero ainda relembrar a cultura musical de Leopoldo Amaral, que chegou a compôr várias peças melódicas, muitas escritas para seu particular amigo D. Nery, para serem executadas em benefício das obras do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, além de mazurcas, valsas, polcas, a maior parte delas apresentada no Teatro São Carlos, alcançando repercussão e popularidade avantajadas na época, ou seja, entre os anos de 1889 e 1910.

Cultivou de igual modo a poesia (sobretudo no gênero humorístico), além de haver contribuído de maneira destacada para a fundação de estabelecimentos de beneficência e caridade em Campinas. Só na Santa Casa de Misericórdia ocupou por mais de quarenta anos vários cargos administrativos, e, entre 1895 e 1906, desempenhou funções de procurador dessa Irmandade. A partir desse período e até 1936, foi seu secretário.

Por ser, como creio haver demonstrado, figura proeminente da vida campineira, foi Leopoldo Amaral merecidamente lembrado numa das ruas da cidade - no bairro de Vila Marieta - bem assim no busto que, em sua memória, foi erigido em frente à casa em que morou, no velho Jardim Público (até há pouco tempo Praça Imprensa Fluminense, e, atualmente alterado, ou melhor dizendo extinto, para em seu lugar entrar o de Tom Jobim...) Foi, ainda, escolhido como patrono da Cadeira nº 1 da Academia Campinense de Letras, aliás pelo seu próprio fundador, o saudoso mestre e amigo Francisco Ribeiro Sampaio.

Muito mais poderia ainda escrever sobre este humanista que foi Leopoldo Amaral. No entanto, creio que para finalizar, nada melhor dizer que ele foi, ao mesmo tempo, provinciano/cosmopolita e que soube entender, como poucos, que comunidade e sociedade são conceitos relacionais.

# ACOZINHA MINEIRA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Duílio BATTISTONI FILHO

Na historiografia atual, especialmente no capítulo das mentalidades, a arte culinária ocupa um lugar especial, no imaginário popular, como símbolo de cultura de uma determinada época, região ou país.

Na antiguidade clássica os gregos ressaltavam a sua importância a ponto de Platão equiparar a cozinha à oratória e num de seus magníficos diálogos tecia louvores tanto às idéias como aos alimentos. Tal era a cultura, o fino engenho, a influência social dos cozinheiros, que a Grécia, resumindo em símbolos compreensíveis e populares as glórias de sua civilização, celebrou ao lado dos seus sábios os seus cozinheiros como Aegis de Rodes, célebre por saber assar sublimamente um peixe ou como Aftonetes que levou à perfeição a ciência dos molhos.

O ofício de cozinheiro tornou-se o mais rendoso e um dos mais privilegiados. Era quase um cargo público pelas honras que conferia a ponto de existir uma corporação de cozinheiros de Estado.

A mesa constituiu sempre um dos fortes, senão o mais forte alicerce das sociedades humanas. Os mesmos gregos, na sua linguagem pitoresca e livre, diziam que a mesa é a *alcoviteira da amizade*. Não só na vida íntima, mas na vida pública das nações, o banquete constitui a melhor e a mais solene cerimônia que os homens acharam para consagrar todos os seus grandes atos, imprimir-lhe um caráter de união e de comunhão social. Outrora não havia fundação de cidade, declaração de guerra, tratado de paz, instalação de magistratura, que não fosse acompanhada por um festim.

Entre os romanos a comezaina foi um poderoso fator social, quase uma razão de Estado. Catão fez decidir a última guerra púnica, mostrando aos olhos gulosos do Senado, a beleza e o tamanho dos figos de Cartago.

Enquanto se alargavam as fronteiras do império romano, cresciam as escolas de cozinha - mais numerosas - especialmente no tempo de Cláudio

do que as de filosofia e de gramática. O poeta Marcial no seu *Epigramas* consagra o que se come e o que se bebe, assim como Plínio na sua *História do Mundo*.

Amante da boa mesa, o escritor Eça de Queirós recheou seus romances com cenas em que os personagens se refestelam com toda sorte de iguarias, degustam os melhores vinhos e raspam os pratos com avidez. Nos seus livros, as refeições não são apenas pretexto para as reuniões familiares ou sociais. Elas servem para compor uma atmosfera e ajudam a retratar uma época. "*Diz-me o que comes, dir-te-ei o que és*", escreveu Eça em 1893 no ensaio *Cozinha Arqueológica*. A frase é uma adaptação do ditado "*Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és*", tradução da máxima do francês Brillat-Savarin.

Enaltecendo os prazeres da mesa, o autor de o Mandarim pregava a necessidade de os estudiosos investigarem a fundo a arte culinária e não se preocupar muito com as elocubrações filosóficas e literárias. *Que os estudiosos, pois, fechem os livros - e preparem as caçarolas*, dizia. Descontados os exageros, o mestre Eça tinha razão.

Mas deixemos de divagações e entremos na arte culinária mineira, tema do nosso assunto. Em Minas Gerais come-se comida típica todo santo dia. Parece muito natural, mas não é. Pelo contrário, a regra tradicional brasileira exige a presença, em cada região, de dois cardápios bem diferentes. Há o trivial, simples, para o dia-a-dia, e outro - mais trabalhoso, mais caro, mais típico - para os dias especiais. Para que os dois não se misturem, existem as leis do orçamento doméstico, da tradição e da folhinha. É que exotismo também tem hora. Até em Salvador, onde o caruru deve ser preparado no dia 27 de setembro, consagrado a Cosme e Damião, nem antes nem depois. Da mesma forma, em Belém do Pará, pato do tucupi é comida do dia do Círio de Nazaré.

Só nas velhas cozinhas de Minas o costume não vigora. Como se lá o tempo nunca penetrasse, não há - fora a fartura maior e o eventual requinte - nenhuma diferença de cardápio entre o dia de semana e o feriado nacional. O passar das gerações e dos séculos também não voga. O feijão, o angu, a couve, a lingüiça e a carne de porco continuam hoje do mesmo jeito que surgiram nos agitados dias do final do século XVII, quando os primeiros bandeirantes paulistas chegaram ao distrito do Rio das Mortes e a Ouro Preto atrás de ouro e de índios. Isto posto, surgem as primeiras perguntas. Essa eterna juventude da velha cozinha mineira, sempre viva no dia-a-dia, é vantagem ou desvantagem? Faz com que ela se torne muito pobre ou muito rica, especialmente saborosa ou de grande monotonia?

Uma das respostas mais curiosas consiste em afirmar simplesmente que o mineiro não varia porque, no fundo, não se interessa por comida.

Alceu Amoroso Lima escreveu, certa vez, que *mineiro come pouco e da comida mais simples possível. É que, em Minas a mesa é sempre um acessório desprezado pelo mineiro com sua vocação irresistível para a predominância do espírito*. Da mesma opinião é a do escritor Djalma Andrade que, na sua *História Alegre de Belo Horizonte*, desencava uma galeria de governadores e presidentes da província de Minas, todos ascetas ou inapetentes. João Pinheiro era vegetariano, Antonio Carlos atravessava o dia com uma empada, Raul Soares alimentava-se de pílulas, Francisco Sales dava-se por satisfeito com duas colheres de arroz, um pouco de chuchu, uma asa de frango. Única exceção, o presidente Juscelino, apreciador da boa mesa, sobretudo de galinha ao molho pardo e do frango com quiabo e angu.

Ainda em defesa dessa tese do mineiro asceta, há quem lembre a velha lenda sobre a gente da cidade de Mariana e sua mania de comer na gaveta da mesa. O costume de fechar rapidamente a gaveta quando chegavam visitas não seria pela avareza, como pretendem as más línguas, mas simplesmente por discrição e delicadeza, evitando que pessoas de fora presenciassem a vulgar necessidade das refeições. Em resumo, além de asceta, o mineiro seria extraordinariamente discreto nos hábitos da mesa.

Entretanto, de onde provém esse ascetismo? A historiadora Mafalda Zemela no seu livro *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII* assevera que a descoberta do ouro e a localização da zona aurífera em regiões despovoadas e incultas, longe dos centros produtores de artigos alimentícios, fez com que o problema da fome fosse particularmente grave nos primeiros anos da história das minas a ponto do governador do Rio de Janeiro informar a Coroa portuguesa, em 1698, que a carência de mantimentos era tão crítica que muitos mineiros tinham sido obrigados a abandonar suas jazidas de ouro e estavam errando pelos matos com seus escravos, em busca de caça ou frutas, a fim de se alimentarem.

O fornecimento de carne era de importância vital, pois constituía a base da alimentação. A necessidade de carne bovina fez com que de S. Paulo, de Curitiba, da Bahia e de Pernambuco partíssem boiadas sobre boiadas, para suprir os habitantes das Gerais. Obcecados pelo ouro, os mineiros se esqueciam de plantar e acabavam passando fome por excesso de riqueza. Havia quem se lançasse em viagens de trinta a quarenta dias em direção às cobiçadas minas, confiando na sorte da caça e acabava, literalmente, morrendo de inanição. O mesmo governador do Rio de Janeiro informava a Coroa que a cidade estava

sem o suprimento necessário de carne e farinha, pois as pessoas que costumavam supri-la de tais artigos tinham ido para Minas Gerais.

A fome de carne era tal que, nos primeiros tempos, depois de esgotados os diminutos estoques paulistas, foram para as Minas até os bois mansos, boi de carro, velhos demais para o corte. O preço da carne era rigorosamente vigiado e tabelado pelas Câmaras das cidades mineiras, com o fito de impedir a especulação decorrente da irregularidade ou da, insuficiência dos fornecimentos. Um boi de corte, que valia 2.000 réis em S. Paulo, chegava a custar até 120.000 réis em Minas Gerais. Tal situação fez com que a Câmara de Mariana em suas posturas, fixasse o preço da carne do boi e da vaca.

Foi ainda no século XVII, em função do abastecimento das minas, que surgiram os mais importantes caminhos do Brasil colonial. As tropas que percorriam estes caminhos eram freqüentemente assaltadas por criminosos e negros fugidos, o que aumentava ainda mais a penúria. Houve uma grande fome em 1698, outra em 1700 e uma terceira, a mais violenta de todas, em 1713. A circulação interna dos gêneros e utilidades que iam para Minas, causou o aparecimento da interessante figura social do tropeiro. Agente por excelência do comércio com as Gerais, era figura móvel que aos poucos foi adquirindo traços nítidos e característicos. Transformou-se em personalidade típica de nossa sociedade colonial, figurando em contos regionais, em nosso anedotário, em peças teatrais, etc. Teve um papel social e simpático de portador de notícias, mensageiro de cartas e recados. Representava um verdadeiro traço de união entre centros urbanos afastadíssimos, levando de uns para outros as novidades políticas, as informações cotidianas, correspondência, moda, etc. Não nos esqueçamos que Tiradentes foi tropeiro.

O viajante inglês John Mawe percorrendo a Capitania de Minas Gerais no início do século XIX deixou registrada a penúria da população e os traços visíveis do despovoamento em consequência do esgotamento das minas. Viajando na região do Distrito Diamantino relatou: *parei para me refrescar em uma das muitas casas miseráveis da estrada. Havia na porta um gato semi-morto de fome; a visão deste pobre animal fez-me pressentir o que me aguardava nessa moradia, cuja aparência levou-me a pensar não existir aí comida nem para os gatos. Contemplava aquela imagem de miséria e de fome, quando surgiu à porta uma pobre mulher descarnada. Pedi-lhe um copo d'água, que ela me deu. Enquanto bebia pediu-me esmola; seu aspecto exprimia já o que sua língua articulava. Dei-lhe uma porção de mantimentos, assim como uma pequena esmola.*

Numa outra ocasião visitando a vila de Itambé, comenta o viajante inglês: *humilde aldeia construída perto do lindo regato do mesmo nome. Este lugar foi outrora de grande importância, mas se tornou miserável por ter faltado o ouro em sua vizinhança. Conta-se cerca de mil habitantes, todos reduzidos ao último grau de pobreza e apatia; seu ar espantado poderia fazer tomá-los facilmente pelas sombras de seus antepassados, à procura, nas ruínas, de sua antiga fortuna. Tudo aí se apresentava com aparência dolorosa: as casas prestes a ruir, a frente das portas cobertas de ervas; e as plantas parasitas estendendo-se pela superfície dos jardins. O aspecto do lugar diferia também inteiramente do da região que eu antes passara: era árido, estéril e pedregoso.* O viajante inglês não consegue para comer senão angu e parca refeição, sempre vigiado para que nenhum pobre mais esfomeado não o roube. Mawe dirigiu-se ao chefe da povoação e fala no ar faminto do povo. *"Enquanto tiverem milho para comer e água para beber - responde secamente o comandante - não morrerão de fome".*

No auge da produção de ouro a falta de gêneros alimentícios foi sentida nas Minas Gerais. A falta de víveres e manufaturas determinou o encarecimento dos poucos existentes. A carência de gêneros causou o aproveitamento de tudo quanto pudesse matar a fome: cães, gatos, raízes, frutos do mato. Segundo Mafalda Zemella, chegou-se a até comer a larva dos lepidóteros, o chamado bicho de taquara, que só pode ser comido, quando encontrado vivo, pois do contrário é um veneno terrível.

As deficiências do abastecimento de carne na época referida, fizeram com que o porco se tornasse um animal doméstico estritamente ligado à sociedade mineira. Sua carne tornou-se a base da alimentação e seu lombo tornou-se o prato típico da cozinha mineira, completado pela couve, que medrava também no fundo dos quintais.

Os escravos se alimentavam basicamente de feijão, muitas vezes bichado e angu mal cozido. Às vezes, nem isso: só laranja com banana e farinha de mandioca. E, para quem não gostasse, chicote. A aguardente era vital para eles, pois permaneciam durante horas com o corpo mergulhado nos ribeirões manejando a bateia. Nessa época acreditava-se nas virtudes terapêuticas da pinga.

A dar crédito aos viajantes estrangeiros, como sempre os melhores cronistas dos nossos costumes, o abastecimento continuou precário durante muito tempo. Richard Burton, célebre explorador inglês que percorrera boa parte do mundo antes de chegar ao Brasil, resume impressões colhidas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX: *poucas verduras, o leite tão caro como em Londres. As galinhas custam de três e meio a quatro xelins o*

*par: a carne, ordinária, dois vinténs a libra; o porco, ótimo; o carneiro, desconhecido. Confirmando a situação, Eduardo Friero acrescenta: em algumas vendas, sujase sem as mínimas condições de comodidade, esfolava-se o viajante o mais que se podia, queixando-se um deles de que certa vez pagara mais pela farinha do que pelo melhor jantar em Paris.*

Nas casas de família seguiu-se durante muito tempo o velho costume de esconder as mulheres dos olhos estranhos. E à mesa, recorda o historiador Rocha Pombo, *ordinariamente só sentava o dono da casa, e quando muito os filhos já casados e algum hóspede.*

O naturalista francês Saint-Hilaire conta uma experiência curiosa. Passou várias semanas como hóspede de uma fazenda sem ser apresentado às mulheres da casa. Na hora da despedida, o fazendeiro desculpou-se: *está sem dúvida surpreso, meu amigo, de que minhas filhas nunca se tenham mostrado ao senhor. Detesto o costume que me obriga a conservá-las afastadas, mas devo respeitá-lo para que não lhes prejudique o casamento.*

Ainda há pouco tempo, era comum nas festas mineiras a existência de três serviços distintos: o primeiro para os homens, o segundo para as mulheres e o terceiro para as crianças. Habitualmente comia-se com a mão. Contudo, a partir da Independência havendo hóspedes apareciam os talheres. Reinava uma predileção toda especial pela colher com a qual os convidados misturavam todos os tipos de comida nos seus pratos, formando a chamada *mixiriboca*. A expressão foi anotada pelo mesmo Richard Burton ao descrever um jantar oferecido pelo engenheiro de uma mineração inglesa nas vizinhanças de Lagoa Dourada.

Há inúmeras anotações sobre os cardápios dessa época. O médico e naturalista, Johan Emmanuel Pohl, que esteve no Brasil de 1817 a 1821, como participante de uma missão científica austríaca, descreve o trivial servido ao administrador, ao intendente e a dois feitores nas fazendas pertencentes ao Conde de Linhares, nas vizinhanças de Ouro Preto: *ao almoço, feijão preto com farinha de milho e um pouco de toucinho frito ou de carne-de-sol cozida; ao jantar, um pedaço de porco assado; na ceia, hortaliças cozidas e um bocado de toucinho para lhes dar gosto.* Pohl não diz de que hortaliças cozidas se tratava, mas eram certamente a couve ou o quiabo e, talvez, a chicória ou o almeirão. Com exceção dessas verduras, e dos grelos de samambaia e do ora pro nobis, folhas de uma trepadeira de fundo de quintal, o mineiro quase não admitia outras. Era aliás cheio de tabus e superstições. Até mesmo onde se criava gado, comenta o dr. Pohl, *os habitantes tinham como que aversão à manteiga e afirmavam que provocava vômito. Pouco se fabricava o queijo e só do tipo seco. A carne de vaca era considerada nociva à saúde.*

Mas, como acontece de hábito nessas generalizações, logo surgem dezenas de exemplos em sentido contrário. Basta lembrar que era de Minas o novo-rico mais furiosamente exibicionista de nossa história. Foi ele, João

Batista Ferreira de Sousa Coutinho, miserável sacristão de arraial, transformou-se da noite para o dia no Barão de Catas Altas, ao herdar uma prodigiosa mina de ouro. Comprou ou mandou construir casas em Ouro Preto, Sabará, Caetés, Santa Luzia e Brumado e, em todas elas, com ou sem sua presença, havia mesa farta para quem chegasse. Ao final dos banquetes, a que assistia pessoalmente, costumava quebrar tudo o que se achava sobre a mesa pelo gostinho de se exibir, no dia seguinte, comprava nova coleção de porcelanas e cristais. Morreu na miséria em 1839.

Como ele, há inúmeros outros mineiros, certamente mais refinados, mas igualmente apreciadores dos prazeres da vida e da mesa. Mesmo porque a mesa mineira é pela sua própria natureza - à base de carne e banha de porco - opulenta, consistente, sensual. Eduardo Frieiro, historiador mineiro já citado, é o primeiro a afirmar: *A comida tradicional dos mineiros nada em banha de porco. Dos assados e frituras, de todos os guisados e ensopados, das sopas, molhos e farofas, pinga a gordura em que são preparados. É certo que o angu a dispensa, e o angu com quiabo é prato dos mais apreciados pela gente de Minas. Mas muito melhor lhes parece o angu esmaltado de torresmos.*

Ao fundar o Hospício Nossa Senhora Mãe dos Homens na serra do Caraça, em 1774, o Irmão Lourenço de Nossa Senhora dedicou todo o seu empenho em fazer da Casa do Refeitório um lugar de destaque deste eremitério. Não obstante a pobreza da casa, o ermitão-mor como bom mineiro, honra-se de pôr sua mesa com a dignidade da baixela da Índia e alguns talheres de prata, talvez dos famosos prateiros de Catas Altas. A mesa é coberta pela ampla toalha de algodão das Minas Novas do Fanado e sobre ela podem ser vistas as peças de baixela da casa: colheres, garfos e facas de prata; pratos de guardanapos finos da Índia; guardanapos de pano de algodão. E os escravos começam a servir a refeição: em suas mãos vão chegando terrinas da Índia, azuis e brancas, terrinas do Porto, travessas e pratos grandes da Índia. E a clássica louça do Oriente, que os navios trazem de Macau, como lastro em seus porões vazios. Até o aparelho de café é da Companhia das Índias. Entretanto, há, às dúzias, pratos de estanho e gamelas: destinam-se aos eremitas e aos escravos. Tanto um como os outros usam pouco os talheres. Muitos ainda comem com as mãos, amassando os bocados em bolo, com farinha de mandioca, e atirando-os à boca. As raras facas - como ainda se vê até hoje em Minas, quando, em suas

bainhas, são trazidas à cintura - servem para cortar um ou outro pedaço de carne, para descascar frutas e para aparar as unhas. Em todo o Hospício, há apenas seis facas de prata.

A comida do Hospício é simples. Aquela gente é frugal e penitente. O número de terrinas sugere sopas e caldos de que tanto se servem os europeus. Mas o cardápio deve ser uniforme, simples, já se beneficiando dos gêneros e legumes da terra. Talvez pratos mais frequentes à base de farinha de milho, carne-seca, e principalmente o trelelê - típico prato carecense, constante de arroz temperado com picados de toucinho e carne de porco - tão apreciado pelos colegas do século passado, entre os quais os ex-presidentes Afonso Pena e Arthur Bernardes.

No inventário do Caraça, o único utensílio de cozinha que aparece é um espeto de ferro, indicando o uso da carne assada. As gamelas deveriam ser de pedra ou de barro, enquanto as gamelas de madeira e os canecos de cuieté prestavam igualmente os seus bons serviços, assim como os pilões para socar grãos e paçocas.

O Irmão Lourenço teve o gosto de colher e saborear frutos de suas árvores como a pera, a maçã, a cereja, a ameixa, o marmelo, assim como castanhas, azeitonas e nozes, de que dão exagerada notícia Aires do Casal e monsenhor Pizarro. Daí resultam os doces caseiros - como a marmelada - que sempre são encontrados em Minas Gerais.

No fim de sua vida, já velho, cego e doente, o Irmão Lourenço sofreu o vexame de disputar com um dos seus escravos, seu bocado de angu. De vez em quando o bondoso vigário de Catas Altas, Francisco Xavier, lhe traz bolinhos de pão-de-ló. Lourenço mastigando-os esfomeado, confrange o amigo, quando vai falando, às pressas, nas sonoras mastigadas, entrecortando as engulidas: *foi muito pouco...quando cá tornar, traga mais.*

Pobre Irmão Lourenço! Naqueles derradeiros dias, o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens é uma casa de fome. Martius quando ali esteve, em 1818, reparou a alegria do velho cenobita em recebê-lo para uma conversa alegre e descontraída. Um ano mais tarde o piedoso Irmão Lourenço entregaria sua alma ao Senhor

Entretanto, nem tudo foi tristeza na história da arte culinária mineira. Dos memorialistas brasileiros ninguém ocupou com maiores vagares sobre a riqueza dos hábitos culinários do que Pedro Nava.

Na sua Juíz de Fora, a cozinha de sua residência era *negra e encardida como convinha a uma boa cozinha mineira. Tinha um teto alto e*

*incerto, de cujos barrotes algodoados de picumã desciam, em cima do fogão, as serpentes mosqueadas e lustrosas das lingüiças em carne viva; as mantas de pele de porco escorrendo gordura; e as espirais das cascas de laranja que ali ficavam defumando e secando. Escolhiq-se a lenha a dedo, fosse para a labareda violenta ou lume concentrado: calor forte para as omeletes e fritadas, brando e puxado para os molhos pardos e cozidos. E o cuscuz de fubá-doce. Feito em metade das latas de queijo-do-reino furadas a prego e onde a mistura cozia em cima do vapor de uma panela. Já do jardim se sentia o cheiro do café, do pão, do fubá, do açúcar mulatinho. Dominando todo o ambiente o odor peculiar da comida nossa de cada dia. O arroz nadando em banha de porco, cheio de lombo de porco, de orelha de porco, de rabo de porco, de pé de porco. Tutu, com carne de porco. Do angu vazado no meio da massa dourada e pegando fogo para receber, nesse côncavo, o picadinho de miúdo de porco. Das farofas cheias de rodela de ovo e de toucinho de porco. Dai o brocardo: o milheiro planta o milho. O mineiro cria o porco. O porco come o milho. O mineiro come o porco. Porco nosso, imenso e totêmico... cozido, frito, assado, recheado... almoçado, jantado, ceado, comungado, incorporado, consubstanciado. Legumes? Couve, rasgada ou fininha, abóbora, abobrinha, inhame, quiabo e cará. Nada de pimenta. Socavam-se, no almofariz, uma mistura de sal, alho e cebola, para o mês inteiro. Outros cheiros. O ácido do molho pardo dos judeus noturnos. Nava acentua que Judeu em arte culinária mineira é, em geral, nome de bóia de ceia e mais particularmente galinha de cabidela para depois das procissões e para depois das coroações de Nossa Senhora, nas noites de Maio, seu mês.*

Em Minas, após o parto, a parturiente recebia uma canja de galinha e na dieta para amamentação: cerveja preta e queijo-de-minas picado no mingau de fubá. Aos agonizantes, dava-se marmelada com vinho do Porto e segundo Nava - um porrete para os que estão fazendo cera.

Em *Baú de Ossos*, Nava documenta a filiação portuguesa da doçaria das Gerais, via Convento da Ajuda - o mesmo convento de que vieram as compotas e marmeladas para o jantar festivo do Episódio de 1814 das memórias de Brás Cubas. As beatas de Juiz de Fora e arredores desciam ao Rio de Janeiro para visitar as freiras e subiam a Mantiqueira com receitas de doces, queijos e pastéis. Aliás, os mineiros sempre foram amigos de doces e quitandas, como bem lembra Eduardo Frieiro no seu livro *Feijão, angu e couve*.

Já que falamos de doces, quanta delícia. Há especialidades que permanecem secretas, guardadas no âmbito regional, como o doce de buriti feito em Pirapora amarelo-escuro, lembrando rapadura, de sabor forte. Outros ganham fama no Brasil inteiro, como o doce de leite, tanto de Araxá, Alfenas,

Muzambinho ou de Poços de Caldas. Há ainda o rocambolé recheado com doce de leite em Lagoa Dourada, perto de São João del Rey e as geléias de jabuticaba em Sabará, Santa Luzia e Contagem, em torno de Belo Horizonte. Os doces de calda e de massa são especialidade de São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, mas estão presentes em todo o Estado. E é assim, variando nas dosagens, nos tempos e nas fórmulas caseiras, que o mineiro vai evitando a monotonia da mesa, aguardando a hora sempre bem vinda da sobremesa e do pão de queijo, momento de alegria em qualquer família.

Mas voltando às digressões de Pedro Nava o mesmo revela que o forno do fogão de sua avó servia só para pequenas obras como suspiro, bolo de fubá, biscoito de polvilho, assar galinha, no máximo. Para os grandes jantares, acendia-se o de barro, no quintal, a lenha queimada até as brasas. Limpo, em seguida, com vassouras de alecrim, recebia o leitão, o peru, os pernis e as galinhas.

Pergunta Nava, quem os conhece hoje? Onde estão? Responde: sumiram de todo o litoral, sumiram das grandes cidades, recuaram para o interior, como índios acossados pelo invasor. No caso, a indignidade dos fogões elétricos, a infâmia dos fogões a gás e acrescentaríamos o microondas.

A arte culinária, conforme divulga e exalta Nava, é arte doméstica, praticada pelas donas-de-casa ou sob suas ordens. Transmitidos de geração a geração, seus segredos distinguem e dignificam quem dirige a cozinha e quem zela pelo bom nome da casa. A reputação e a honra de um chefe-de-família decidem-se à mesa.

Arte longa, para uma vida breve, a gastronomia seria, no correr dos anos, tema de estudo e de prática diária na rotina do nosso memorialista. No Rio de Janeiro, conviva de Afonso Arinos, aprenderia com o embaixador Muniz de Aragão, a maneira de comer milho na espiga. Disse-lhe este: *Nava você tem de pegar um garfo em cada extremidade. Não se suja as mãos.* Médico e escritor, Nava tem em Rabelais seu melhor modelo. Com a euforia própria da época e as prerrogativas ratificadas pelo, diploma de doutor em Medicina, o criador de Pantagruel rompeu com os preconceitos e desnudou o corpo. Vitor Hugo o chamou de *poeta do ventre*.

O crítico russo Mikhail Baktine ressalta a importância da tradição oral - das praças, dos circos e dos mercados, transmutada em letra impressa e registrada por Rabelais, no diapasão popular.

Em nenhuma ilha gastronômica se preservou intato, tanto como em Minas, a tradição culinária dos antepassados. Ao término das leituras dos seis volumes de suas memórias, cerca de duas mil e quinhentas

páginas, pode-se aquilatar, num olhar retrospectivo a importância dessa permanência. Aquele que queira buscar luzes para ajuizar-lhe os méritos, que leia a obra de Pedro Nava. A revolução operada por ele no tratamento do gênero, a multiplicidade dos códigos usados, a riqueza metafórica do seu estilo tornam difícil senão impossível, reduzir ao simples trivial, o cardápio pantagruélico das Memórias. Pena que não conseguiu concluir a tarefa histórico-biográfica a que se propôs, pois se deixou dominar pelo sinistro mistério da morte, violentando a força propulsora, substituindo a esfuziante energia de comunicação pelo mutismo frustrante da inércia. Mas, ele próprio num gesto misterioso de irreflexão, ou mesmo de meditação consentida, determinou uma parada no tempo, numa fuga incompreensível dos compromissos afetivos e culturais com a sociedade brasileira ao desviar o curso de seu valioso depoimento histórico. Tirou sua própria vida num recanto da rua da Glória, Rio de Janeiro, a 14 de maio de 1984.

Todavia, de sua obra, dentre as inúmeras facetas, permanece o gosto saboroso da culinária mineira e que procuramos nestas notas noticiar alguns aspectos ao público aqui presente. Portanto, o aperitivo está servido.

## APONTAMENTOS SOBRE A POLIGRAFIA DO VISCONDE DE TAUNAY

Maria Lúcia Lichtscheidl MARETTI

As observações que desenvolvo aqui foram pensadas de modo a dar uma idéia genérica do texto de minha tese, intitulada *Um polígrafo contumaz (o Visconde de Taunay e os fios da memória)*<sup>1</sup>, e ao mesmo tempo indicar os caminhos que ainda pretendo seguir como continuidade a este projeto. A tese é, portanto, parte do que pretendo realizar com o extenso material recolhido e apresentado em minha bibliografia.

Começo citando um parágrafo de que gosto muito:

"Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas conseqüências, por mais rapidamente esquecido que possa ser depois de sua aparição, por pouco entendido ou mal decifrado que o suponhamos, por mais rápido que possa ser devorado pela noite, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido conseguem esgotar inteiramente. Acontecimento estranho, certamente: em primeiro lugar, porque está ligado por um lado a um gesto de escritura ou à articulação de uma fala (*parole*), mas que, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória ou na materialidade dos manuscritos, dos livros, e não importa de que formas de registro; em seguida, porque é único como qualquer acontecimento, mas que se oferece à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque é ligado ao mesmo tempo a situações que o provocam, e a conseqüências que incita, mas

---

(1) Tese de doutorado defendida em 19 de dezembro de 1996, junto ao programa de pós-graduação em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, sob o orientação do prof. Francisco Foot Hardman.

também, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem."<sup>2</sup>

Cito Foucault porque ele diz muito do espírito que presidiu meu trabalho a propósito dos escritos de Taunay: a importância do enunciado em seu caráter de *acontecimento* é aqui acentuada, apesar de eventuais qualidades a ele atribuíveis, tais como a banalidade, a falta de importância, a efemeridade, a incompreensão, e, sobretudo, talvez, a impossibilidade de esgotar o seu sentido. E também porque é possível tributar-lhe razões para considerá-lo estranho, dadas as ambigüidades/posições com que pode ser encarado: na efemeridade da fala e na permanência dos registros da memória, na sua singularidade e na sua capacidade de ser reativado e eventualmente transformado e, enfim, nas possibilidades de ser considerado a partir das condições de sua produção, ou, por outro lado, nas ligações que entretém com outros enunciados, que o precedem e o seguem.

Cada uma dessas considerações foucaultianas a propósito do enunciado como acontecimento me faz lembrar esta ou aquela parte de minha tese: é possível, por exemplo, considerar as diferenças de importância entre enunciados como o romance *Inocência* (1872) e uma fala efêmera e transitória como a contida nas "Considerações acerca da idéia de elevar-se uma estátua a Cristovão Colombo, no Pão de Açúcar", retirada da ata de uma reunião do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocorrida em 1890<sup>3</sup>. Ou mesmo, na leitura que faço do romance *A mocidade de Trajano*, de 1871, em que não deixo de considerar as condições em que foi escrito ou as ligações que entretém com *O moço loiro*, de 1845, do mestre Joaquim Manuel de Macedo - encarado como um enunciado que o precede, e com o capítulo III de *Inocência*, visto como o enunciado que o segue, segundo as palavras de Foucault. Ou ainda, de um lado, este ou aquele discurso pronunciado no parlamento, revelando sempre a habilidade e a perspicácia do seu autor no confronto com o adversário e, de outro, uma das suas comédias escritas e nunca encenadas.

A propósito destas considerações, aliás, faço aqui um parêntese para expor uma das minhas pretensões quanto à continuidade que quero dar a esse projeto: trata-se do estudo do que chamo de manifestações anticlericalistas do escritor, apenas esboçado e sugerido na tese. Baseio-me em uma sugestão dada pelo narrador de *Inocência*, que em seu capítulo III teria

(2) FOUCAULT, Michel - "Sobre a arqueologia das ciências; resposta ao círculo epistemológico". In: FOUCAULT, Michel *et alii* - *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971, pp. 23-4.

(3) TAUNAY, Visconde de - Considerações acerca da idéia de elevar-se uma estátua a Cristovão Colombo, no Pão de Açúcar. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 53, p. II, 441-4, 1890.

dado uma resposta irônica - mas agonizante - às restrições que o autor sofreu ao seu primeiro romance, *A mocidade de Trajano*, supostamente por ter "exagerado" em suas tintas anticlericais. O capítulo interrompe o andamento linear da narrativa para recuperar em *flashback* a história pregressa de Cirino, namorado de Inocência. Refiro-me ao "pesado gracejo póstumo" feito pelo padrinho de Cirino aos padres do colégio Caraça, aos quais havia legado uma biblioteca composta de autores justamente anticlericais e antireligiosos, quando estes padres esperavam um pagamento rendoso para os anos de estudo de Cirino na instituição. Volney, Voltaire, Pigault-Lebrun, Parny e o marquês de Sade, entre outros, comparecem incisivamente, de modo a marcar a irreverência acintosa do testador. Uma abordagem mais detalhada deste capítulo (nunca antes mencionado nestes termos pela crítica literária), assim como da repercussão tida pelo primeiro romance de Taunay, juntamente com o estudo da importância histórico-cultural dos autores mencionados - todos do século iluminista-anticlerical francês - terão o propósito de desenvolver a análise da função textual do anticlericalismo em Taunay.

Por outro lado, quero lembrar também alguns dos momentos decisivos e cruciais de meu trabalho. Um deles, original e determinante de minha decisão de estudar Taunay, foi a descoberta do *Formica leo*. Refiro-me especificamente à mistura de sentimentos com que me vi atingida - perturbação, desafio, dúvida - ao ler pela primeira vez o trecho de suas *Memórias* em que Taunay descreve e narra minuciosamente as atividades "bélicas" da larva do inseto que tem esse nome. Lembro este trecho porque o considero capaz não só de ilustrar, mas também de justificar muito do que foi o meu trabalho até aqui. Em primeiro lugar, a sua importância vem do fato de ser exemplar de uma atuação conhecida, prezada e exercida por Taunay, ou seja, a que se encontra nos relatos das viagens expedicionárias no Brasil do século XIX. A mescla circunstancial de militar e viajante explica e justifica, por um lado, a existência e o modo como se estrutura a descrição. Mas, aos mesmo tempo, o fato de ela só aparecer no volume das *Memórias*, escritas no final da vida e já no período republicano (por volta de 1893), muito tempo depois da experiência vivida (janeiro de 1866), faz pensar no potencial alegórico de contraponto histórico em relação às perspectivas memorialísticas anteriores, aí incluídas as da *Retirada da Laguna* (1871). Tento ser mais clara: se, por um lado, Taunay descreve um fenômeno da natureza brasileira tido como significativo por seu caráter exótico e de curiosidade a ser acrescentada ao catálogo àquela altura já volumoso das curiosidades brasileiras, por outro lado, o fato de só ter sido registrada na década de 90, a que se pode acrescentar o emprego de um vocabulário técnico que diz mais do momento histórico do que propriamente do inseto, faz pensar na aquisição de um olhar melancólico e nostálgicamente

atravessado pela história que lhe é contemporânea - proclamação da República e conflitos dos primeiros anos do novo sistema de governo. Exemplifico com um trecho:

"A larva é esbranquiçada, bastante parecida com o *cupim*, pesadona de corpo e com um abdômen grosso e estufado, **que lhe não permite translação rápida e até moderada locomoção**. Nestas condições, difícil lhe fora prover os meios de subsistência, de modo que, pungida pelo aguilhão do voraz apetite, peculiar ao seu estado de transição, se vê obrigada a recorrer à **mais engenhosa e bem concebida das armadilhas, de feição para assim dizer científica**.

Nesse intuito, traça no solo arento e fofo uma circunferência de quase meio palmo de diâmetro, curva fechada que descreve, com o maior **rigorismo geométrico**, de diante para trás, isto é, recuando sempre, desde o ponto de partida até voltar a ele.

Em seguida, põe-se a cavar de dentro da linha para o centro, atirando fora, por um movimento súbito e **balístico** da cabeça articulada, a terra sacada metódica e progressivamente no seguimento de linhas que, a princípio, parecem ao observador **circulozinhos concêntricos**, mas, melhor examinadas, são voltas de uma espiral cada vez mais apertada para o centro"<sup>4</sup>.

O aspecto de transição próprio à condição da larva coincide alegoricamente com a transição sob a qual vivia o Brasil da época, justamente num momento em que a guerra contra o Paraguai, e especificamente o episódio da Retirada da Laguna, teria exigido uma maior sofisticação técnica e científica para afrontar e vencer o inimigo. Presente num caso, o de quem vê a larva, e ausente no outro, o que vê a guerra, a técnica determinou finais diferentes em cada um deles. E o mesmo aspecto da transição pode ser estendido a outras situações da mesma obra e é na memória delas que os fios da memória vão sendo tecidos, sob a forma de várias tramas discursivas.

As comédias escritas pelo escritor - *Damão à boca se perde a sopa* (1874) e *Por um triz coronel!* (1880) - atêm-se ao mesmo momento histórico e procuram fazer a crítica de práticas políticas e sócio-econômicas da época. O humor que se vale, por um lado, do desvendamento da hipocrisia interesseira, presente nas conseqüências da oscilação no poder dos partidos políticos do governo Imperial e, por outro, dos riscos da especulação financeira dos

(4) TAUNAY, Visconde de - *Memórias*. Rio de Janeiro, Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 202.

primeiros anos do pós-guerra, encontra nas peças sua manifestação ficcional de crítica impiedosa, que faz lembrar inclusive algumas peças de Molière.

A descrição, a partir de sua gênese enquanto fruto do estoque de saberes adquiridos e acumulados, é entrevista em vários textos, dos técnicos aos ficcionais, perfazendo um caminho em que sua função muda, mas não a base de que se vale.

A minhaleitura de Taunay procura ainda analisar e descrever o que chamo de um grande "projeto nacional-monarquista", vislumbrado e mantido com veemência pelo escritor durante o período imperial, e nostalgicamente cultuado em vários de seus textos memorialistas dos primeiros anos republicanos. O título da tese me foi sugerido por José Veríssimo, em seu discurso fúnebre ao Visconde, e procura dar conta da infinidade de gêneros e objetos entre os quais o autor se deteve. A poligrafia pode abranger algumas acepções mais ou menos diferentes, sendo todas esclarecedoras de outras das razões pelas quais decidi escrever este texto. A primeira atribui à palavra o sentido de "Coleção de obras diversas, literárias ou científicas.". A minha tese, em certo sentido, significa o resultado do fato de ter "coleccionado" escritos de Taunay, e sobre Taunay. E disso dão conta os 146 títulos de sua autoria, os 36 documentos de sua lavra ou relativos a ele e os 172 textos críticos ou biográficos recolhidos, que ocupam boa parte de minha bibliografia. A diversidade é também um traço que distingue tais textos: a alternativa contida na coleção que abrange textos literários *ou* científicos não exclui a possibilidade de manter os do segundo termo da alternativa.

A outra acepção da palavra *poligrafia* é a de um conjunto de conhecimentos vários: disso dá conta a formação diversificada do escritor, o que o tornou capaz de escrever tanto os poemas de cunho clássico de 1862, que foram "esquecidos", já que não incluídos em sua *opera omnia*, até os famosos relatórios técnicos de que foi incumbido durante a guerra contra o Paraguai, passando pelos vários títulos de sua obra ficcional, com os vários romances, contos e peças de teatro.

A faceta anticlerical do escritor, já mencionada como tendo sido revelada desde o seu primeiro romance, de 1871, e que talvez tenha sido a responsável por um novo "esquecimento", pode ser conjugada ao que chamo de tendência enciclopedista de seus vários registros memorialísticos, fazendo lembrar as famosas intervenções francesas do século XVIII. Ou seja, a acumulação de conhecimentos e a vontade de abranger a totalidade deles encontram aqui e ali, e sob formas variadas, a sua manifestação freqüente.

Uma última questão é, dentre várias outras sobre a produção memorialística do escritor, a relativa à configuração mesma do texto narrativo

de suas *Memórias*. Trata-se de uma questão formal que tem a ver com o projeto memorialístico de Taunay, ou seja, a contradição textual que se estabelece entre o método a que ele se propõe e as várias contradições e traições a esse projeto. Se o método pretende ser cronológico, de perseguição ano a ano dos fatos marcantes de sua vida, a digressão rouba a cena e rompe com qualquer tentativa de fidelidade ao método. Trata-se enfim de um narrador que, depois de ter delineado o seu método e de pôr constantemente em dúvida a sua execução, se pergunta sobre a utilidade de tanto empenho em se voltar para o passado:

"Abro o meu velho álbum de desenhos, encadernado de marroquim verde bastante desbotado, e nele encontro datas do Coxim que por si só, sem razão nenhuma especial, deveras me melancolizam - 15 de janeiro, 10 e 11 de fevereiro de 1866. Já lá foram, pois, 26 anos bem completos, boa parte da minha existência e, entre as épocas de então e a de hoje, os períodos mais alegres, mais cheios e mais belos da vida que vivi ou tenha ainda que viver!

E, a tal respeito, entro agora em dúvida se é de prudência filosófica juntar elementos de recordação, assinalar nos tempos idos pontos mnemônicos como que fincar marcos à beira do caminho andado, a suscitarem um mundo de reminiscências, cujos espinhos nos arranham ou melhor nos pungem, de cada vez que o espírito se demore por um pouco junto deles, reconstituindo, em súbita evocação, cenas inteiras do longínquo passado.

Não será, decerto, melhor deixar-se ir à mercê da corrente e da sorte, aceitando os dias como se apresentam, bons ou maus, sem buscar nunca ligar o momento presente aos sucessos do futuro? Não será preferível esquecer, ver cair o véu do olvido após cada momento?

De que me serve tanta nota tomada, de que valem essas flores e folhas murchas, esses esboços de lugares que jamais, jamais tornarei a ver, todas essas instigações à vivacidade da memória? Para desconfortáveis confrontos basta o que ela por si pode avivar nas brumas do que já foi, quando a alma olha para trás, à maneira do viajante que galgou elevados cimos e quer ter idéias das distâncias que venceu."<sup>5</sup>

(5) *Idem, ibidem*, pp. 210-1.

## BRUXARIA: O PROTÓTIPO DA REBELDIA

João RIBEIRO JÚNIOR

Os dois séculos do Renascimento e da Reforma foram uma época turbulenta, controversa e imensamente criadora. Surgiu um novo internacionalismo entre sábios, artistas e artesãos, um internacionalismo que se tornou possível graças ao dinheiro novo e também aos "homens novos", pois o Renascimento resultou, em parte, do mecenato exercido por mecenas rivais - banqueiros, príncipes e, às vezes, papas. O artista estava disposto a seguir o caminho que o seu protetor lhe ordenasse. Efetivamente, a época foi notória pela facilidade com que sábios e artistas transpunham fronteiras. Mas nem todas as conseqüências foram favoráveis. Aqueles que criticavam os papas, a quem consideravam imperadores arrogantes e ambiciosos, acabaram também por se tornar déspotas de cidades, envolvidos em política e em guerras. A Reforma provocou guerras religiosas internacionais, que duraram mais de um século; e em França, nos Países Baixos, na Inglaterra e na Escócia desencadeou guerras civis de uma crueldade selvática, em que os monarcas católicos queimavam protestantes como hereges e os monarcas protestantes executavam os católicos como traidores. Paralelamente, assistiu-se ao descalabro econômico e social. Os mosteiros foram ocupados não por razões doutrinárias, mas por ganância, e as suas pedras serviram para construir as mansões da nova aristocracia comercial.

Tendo surgido como um apelo à fé e não à razão, a Reforma nunca perdeu essa característica. Foram de assinalar as perseguições às bruxas, a queima de livros, o fanatismo e o dogmatismo, além da perseguição, numa escala raramente igualada, de cientistas e livres-pensadores.

Quanto à bruxaria, é de se notar que nestes séculos de razão emancipada, que haveria de dispersar as trevas da ignorância, da superstição e da tirania, elege-se a razão como o único guia, porém o Diabo continuava

presente numa sociedade em que havia ainda forte crença tanto na Magia Negra como na associação com seres sobrenaturais malignos para benefício pessoal. O Diabo não morreu com a advento do racionalismo, pois a necessidade que se tinha dele não era racional, donde o renascimento do maniqueísmo, da luta do bem contra o mal, A Reforma estava tão obcecada pelo Diabo quanto certas pessoas da própria Igreja (São Tomás D'Aquino em sua **Summa Theologiae** admitiu a possibilidade de relações sexuais entre seres humanos e os seres diabólicos, incubos e súcubos). Lutero e Calvino acreditavam na realidade concreta do Diabo, e a pregação fanática de seus discípulos agravou a credulidade natural dos povos que aceitaram o Novo Evangelho.

Em todos os países, o pesadelo criado pela Igreja continuou durante muito tempo, principalmente na Alemanha, onde os horrores da perseguição foram piores, graças a uma espécie de "manual de caça às bruxas", o **Malleus Maleficarum** (O Martelo das Bruxas), escrito em 1486, por Jacob Sprenger e Heinrich Krames, monges dominicanos, por determinação do papa Inocêncio VIII (1484-1492), que a 5 de dezembro de 1484 declarou guerra ao Satanismo pela publicação de uma bula intitulada **Summus Desiderantis Affectibus**. Esta Bula, confirmando solenemente as funções da Inquisição para o extermínio das bruxas, foi referendada pelo imperador Maximiliano I, da Alemanha, arquiduque da Áustria e Rei dos romanos, assegurando, assim, à Inquisição o braço secular.

Em vão uma ou outra voz se levantou contra esta insanidade criada pela Igreja. Cornélio Agrippa (1486-1535), nascido em Colonia (Alemanha), médico, advogado, teólogo, alquimista, autor de um livro sobre magia e ocultismo, intitulado **De Occulta Philosophia** (1510), contestou a realidade da bruxaria e recriminou o regime de repressão vigente contra as bruxas, em outro livro o **De Incertitudine et Vanitate Scientiarum et Artium artque Excellentis Verbi Dei Declamatio** (1527). O resultado foi seu confinamento em Grenoble (França), onde faleceu. Seu discípulo, o médico Jean Wier (1515-1588), em seu **De Praestigiis Daemonum et Incantationibus** (1583) denunciou a perseguição movida pela Inquisição às bruxas, dizendo que elas não eram vítimas dos estratagemas do Diabo, e sim irresponsáveis, exigindo cuidados médicos e não punições; e o que conseguiu foi ser acusado de feiticeiro, blasfemador e impostor, sendo suas concepções criticadas e refutadas pelo historiador e jurista francês Jean Bodin (1530-1596), na obra **De la Démonomanie des Sorciers** (1580, com nova edição em 1604). Em 1616, ele publica **Le Fléau des**

**Demons et Sorciers.** O curioso é que outras obras de Jean Bodin marcam um grande avanço nas teorias políticas. Em **Six Livres de la Republique** (1576), que mais tarde traduziu para o latim, Bodin condena a escravidão, defende a tolerância religiosa e faz a apologia do absolutismo. Mas, ao examinar as causas e as origens do fenômeno revolucionário, Bodin cai numa estranha combinação de superstições, previsões astrológicas e observações sobre a evolução política.

Na Inglaterra, Reginald Scot publica **The Discoverie of Witchcraft** (1548), onde descreve as bruxas como pobres velhas que não podiam prejudicar ninguém, mesmo que o Diabo operasse por meio delas, e critica a tortura e a matança indiscriminada dessas pessoas. Mas o livro não produziu efeito algum. Tanto que em 1563, Elisabeth I (1533-1603) introduziu a **Lei da Feitiçaria**, prescrevendo a morte por enforcamento a quem a praticasse. Seu sucessor Jaime VI da Escócia e I da Inglaterra (1567-1625) fez um estudo da adoração do Diabo, em seu livro **Demonologie** (1597), atribuindo às bruxas o poder de enfeitiçar pessoas e provocar tempestades; e advogou a pena de morte para todos os feitiçeiros e bruxas, revogando a lei de Elizabeth para sancionar outra mais severa, que foi introduzida no Código Civil (1604). Só em 1951 é que esta lei foi revogada!

E a máquina repressiva, uma vez posta em movimento, já não se detém. A perseguição alimenta-se por si mesma, como propaganda da arte proibida. Em vez de acabar com o mal, que devia combater, contribuiu muito mais para a sua difusão. As confissões arrancadas das bruxas e dos feitiçeiros, cruelmente torturados, estavam inspiradas com demasiada frequência pelos mesmos acusadores, que acreditavam encontrar a confirmação de seu pensamento no que não era mais que seu reflexo. Como observa Jean Delumeau (**El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Labor, 1973, pp. 207-208): "os porta-vozes de Deus se esforçam em constrangir aos fiéis a uma conversão mental e em conduzir sua atenção á idéia de que a causa do mal físico era o mal moral. Esta terapêutica de choque tinha uma variação: o medo dos fenômenos, ante os quais o homem era impotente, era substituído pelo medo do diabo, contra o qual é possível qualquer ação, graças a prece e a uma boa conduta; mas o remédio ultrapassava, sem dúvida, o objetivo (inconscientemente) visado. Já que a vida cotidiana era um conjunto de desgraças e ameaças, se deduzia que Satanás e seus incontáveis agentes atuavam continuamente".

A bruxaria tornou-se, então, o protótipo da rebeldia contra os obstáculos excessivos das consciências e das leis. Tornou se imperativo, pois,

debelar essa "insurreição" contra a fé e a moral tradicional. E assim, bruxas e feiticeiros foram, juntamente com judeus, mouros, cristãos-novos, hereges, loucos e vagabundos, os "bodes expiatórios" sobre os quais o Ocidente cristão descarregou a responsabilidade de seus pecados.

Mas, a semente da rebeldia fora lançada em terreno fértil.

Na França, o último ruidoso processo por bruxaria foi contra o jesuíta J. B. Girard, em 1711. Na Inglaterra, a última condenação data de 1722. Na Alemanha, o último processo teve lugar em 1728. Na Espanha, em 1781, foi queimada uma mulher, acusada de bruxaria, e no ano seguinte, uma jovem foi decapitada, por prática da feitiçaria.

# A ETERNIDADE DE EÇA DE QUEIROZ

Marino FALCÃO

Com grande honra e satisfação faço uso da palavra nesta sessão da Academia Campinense de Letras, começando por lembrar uma sutil frase de George Bush, cronologicamente ajustada à minha situação pessoal neste momento, em que o ex-presidente dos Estados Unidos confessa: - "Quando se tem 71 anos de idade, falar é a única atividade a que a gente pode se dedicar sem risco de acidente"...

Proponho-me a falar sobre José Maria Eça de Queiroz, ou simplesmente Eça de Queiroz, pois a fama obscureceu a metade do nome daquele extraordinário escritor que, modestamente, costumava dizer: - "Eu sou apenas um pobre homem da Póvoa do Varzim..."

Foi lá, na pequenina aldeia portuguesa, que ele nasceu aos 25 de Novembro de 1845, tendo o sesquicentenário seu nascimento sido comemorado

há pouco mais de uma semana, com justas e jubilosas homenagens nos países de língua portuguesa, onde é, sem sombra de dúvida, um dos escritores mais lidos e admirados.

Dividirei esta palestra em três partes: 1) sua vida, sua obra e influências que recebeu; 2) seus personagens principais; 3) seu estilo de romancista.

## SUA VIDA, SUA OBRA E INFLUÊNCIAS QUE RECEBEU

Por linha paterna Eça de Queiroz descendia de uma família de magistrados. Era seu avô paterno o desembargador Joaquim José de Queiroz e Almeida, que, quando moço, teve uma vida de fidalgo aventureiro, cabeça cheia dos ideais da revolução francesa, participando ativamente da revolta de 1828 contra o absolutismo do rei D. Miguel. Com a volta de D. Pedro do Brasil para expulsar do trono o irmão usurpador, o avô de Eça assume altas investiduras, nomeado desembargador, chegando a ocupar a pasta de Ministro da Justiça do Reino, no gabinete presidido pelo Duque de Saldanha, seu velho

companheiro de lutas e conspirações. Mais tarde, já velho e cansado após uma vida plena de venturas e aventuras, o avô de Eça recolheu-se a casa de Verdemilho, no Aveiro, com todas as honras a que tinha direito como ex-desembargador, Conselheiro de Estado e Cavalheiro Professo na Ordem de Cristo.

Com relação ao pai de Eça, sabe-se que se formou em direito na Universidade de Coimbra, época em que escrevia versinhos românticos insossos, tornou-se magistrado e firmou sua reputação no célebre, processo movido contra Camilo Castelo Branco e Ana Plácido por crime de adultério. Deu-se, primeiro, por suspeito e, como o tribunal não aceitasse a suspeição, impronunciou os acusados. Camilo ficou gratíssimo ao Juiz, chegando até ao exagero de considerá-lo, além de bom Juiz, um bom poeta. Talvez tenha sido com a sua lábria de vate romântico que o magistrado Queiroz pôs de lado os rigores da toga e conquistou a alma simples de dona Carolina Pereira d'Eça, com ela mantendo um idílio clandestino que começou em Viana do Castelo e foi terminar no minúsculo vilarejo de Póvoa do Varzim, para onde partiu dona Carolina, naturalmente, angustiada e aflita, a fim de manter incógnita a sua gravidez. Lá nasceu José Maria, cento e cinquenta anos atrás, "filho de um momento arrebatado de amor, entre as vicissitudes daqueles escuros tempos" (Viana Moog, "Eça de Queiroz e o século XIX", 4ª edição, pág. 17).

De Póvoa do Varzim o recém-nascido foi levado à vizinha Vila do Conde, onde o batizaram, indo depois para a companhia dos avós paternos, na casa solarenga de Verdemilho, no Aveiro. Somente ao completar dez anos de idade, foi o menino José Maria viver na cidade do Porto em companhia dos pais biológicos que, já então fazia seis anos, tinham contraído matrimônio e legitimado a sua filiação.

Sobre a infância de Eça pouco se sabe ou se escreveu. Ele próprio sempre foi silente ou reticente a respeito desse assunto. Suas reminiscências de caráter pessoal não vão além dos tempos da mocidade em Coimbra.

Pode-se facilmente deduzir, no entanto, quão profunda terá sido em sua psicologia infantil a intuição ou revelação de seu nascimento bastardo.

Conforme pondera o escritor Viana Moog: "Estabelecido este fato como inevitável, porque não é a uma criança que vive longe dos pais que se consegue ocultá-lo em sua totalidade, cabem, em consequência, algumas perguntas. Não virá desse ponto de fixação o desenvolvimento de sua sensibilidade vibrátil e doentia, a agravação do seu temperamento a um tempo tímido e revoltado, satírico e panfletário? Quem nascia de uma mãe atribulada e inquieta, quase em meio dos horrores da guerra civil, quem tão cedo era

reservado pela fatalidade a analisar e a censurar a conduta dos próprios pais e a exercer as primeiras manifestações do senso crítico sobre os erros dos dois entes que mais lhe deviam parecer intangíveis, não estaria de antemão preparado para a irreverência e para o derribamento frenético de todos os ídolos e valores convencionais?" (*op. cit.*, pág. 18).

A lei das compensações na vida trouxe, porém, para a infância de José Maria a inestimável vantagem da convivência com o seu avô paterno, na casa de Verdemilho, onde morou até os dez anos de idade. Ali o neto passava horas sentado nos joelhos do avô, que se comprazia em contar as agitadas peripécias vividas durante as revoluções de que participou ou em narrar ao garoto extasiado fantásticas estórias como a lenda de Carlos Magno e dos Dozes Pares de França.

Ainda falta entre os biógrafos de Eça quem aprofunde um estudo acerca da influência do avô paterno sobre o espírito em formação do menino José Maria. Tenho para mim que essa influência foi imensa, permitindo-me evocar e invocar um símile expressivo e significativo, como suporte inicial para essa inexplorada tese.

Carlos Lacerda, o notável tribuno e admirável jornalista, filho de pais separados, viveu grande parte da sua infância na casa de seu avô paterno, Sebastião de Lacerda - coincidentemente em relação ao avô de Eça, também magistrado, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Carlos Lacerda, no comovente livro "A Casa do meu Avô" (ed. Nova Fronteira) relembra que "esse avô, como se fora só meu, era repleto de ternura que precisava desabafar com alguém" e conta uma caminhada que ambos fizeram no final de uma bela tarde. "A criança vai ao lado do Avô de chapéu de feltro amassado e negro como o capote largo e o terno de viúvo". "O velho e o menino vão juntos", recorda o grande orador, que continua: "Não sei, não me lembro do que falavam até então. Porém nitidamente recordo que de repente, como do fundo da memória, por nada, por nenhuma razão concatenada, o Avô começou a recitar. Não declamava, não fazia gestos nem empostava a voz. Foi um recitativo monótono, ritmado em compasso pobre, sem relevos nem vivas cores: - Eu, que a pobreza dos meus pobres cantos / Dei aos heróis - aos miseráveis grandes, / Eu, que sou cego - mas só peço luzes... / Que sou pequeno - mas só fito os Andes... /

O menino volta-se espantado. Então aquele velho também sabe versos? São versos que surgem daquela boca de lábios finos e secos:

- Duas grandezas neste instante cruzam-se / Duas realezas hoje aqui se abraçam: / Uma - é um livro laureado em luzes... / Outra - uma espada onde os lauréis se enlaçam. /

Interrompe, volta-se para o menino e conta: - "É o improviso de Castro Alves, o poeta baiano, recitado em 1867, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, numa festa em benefício das famílias dos soldados mortos na guerra do Paraguai". A beleza pomposa e rutilante desse verso que parece um discurso, a constante, a litania de cada final de estrofe: -

- Do vasto pampa no funéreo chão!

Sua voz não se alteia, mas o ritmo toma impulso, à batida daquelas sílabas - "Do vasto pampa no funéreo chão".

Os dois prosseguem o seu passeio. O velho roça as palavras, devagar; saboreia agora as últimas estrofes do canto do moço baiano. A criança trata de adivinhar o exato sentido de algumas palavras. Mas o que lhe importa é a descoberta do mundo, revelado pelo velho".

E então, conclui Carlos Lacerda a sua comovente reminiscência:

"Creio que o menino dá um salto, desajeitado, arranca ao velho o chapeuzinho preto, dá-lhe no rosto magro um beijo. Por nada, por mero agradecimento daquela tarde, daqueles versos, canção apenas começada sob o sol a pino e concluída as primeiras sombras da noite. Nem o velho pergunta por que mereceu aquele carinho nem o menino diz. Ambos sabem. É a gratidão do encontro. Vem um de tão longe. Tão perto está o outro. E como precisam tanto um do outro, logo que se encontraram se entenderam.

Lembranças assim explicam a resistência de um homem à decepção e ao abandono. Quando encontrarem um forte, um solitário inexpugnável, procurem dentro dele uma recordação como esta. Quem não teve momentos assim ou, tendo-os, desperdiçou-os, precisa de outras compensações. E não sabe viver sem êxitos imediatos.

Quem os teve, pode esperar. Pois se nada mais alcança, já possuiu o que depois ninguém lhe pode disputar. A felicidade perfeita, aquela que uma criança encontra na companhia de um velho que lhe diz alguma coisa bela e sábia. Nem triste nem alegre. Apenas um momento de perfeição."

Já é tempo de retomarmos o fio da meada, voltando a relatar os tópicos essenciais da vida e da obra de Eça de Queiroz.

Em 1861, na exuberância dos 16 anos, matricula-se no 1º ano da Faculdade de Direito da tradicional Coimbra, onde passa uma fase feliz e romântica. Logo se tornou amigo do poeta Antero de Quental, o Santo Antero como era chamado, que dominava a mocidade coimbrã com sua figura messiânica e carismática e começou a participar de tertúlias literárias, que lhe vão sedimentando a vasta bagagem cultural e o gosto pela leitura dos grandes

escritores da época, principalmente os franceses, avultando em sua preferência as obras de Flaubert, Renan, Balzac, Baudelaire e Victor Hugo.

Formou-se em junho de 1866, começou a escrever para jornais de Évora e Lisboa, e algum tempo depois partiu, na companhia de seu grande amigo Conde de Rezende para uma longa viagem ao Oriente, quando assistiu à inauguração do Canal de Suez. Em 1870, em parceria com seu outro grande amigo, Ramalho Ortigão, iniciou a publicação, em forma de folhetim, no jornal "Diário de Notícias", de "O Ministério da Estrada de Sintra", romance a quatro mãos, sem método e sem plano, valendo apenas como uma alegre improvisação dos dois escritores, que fez crescer, e muito, a tiragem do jornal. No ano seguinte, os dois amigos começaram a publicar na imprensa lisboeta as célebres "Farpas" risonhas catilinárias sobre os costumes daqueles tempos, sátiras mordazes e até contundentes onde, pelas próprias diversidades de estilo, "Ramalho é o taca-pe. Eça é o ramo de urtiga" (Viana Moog, *op. cit.*, pág. 179).

Em 1872, Eça de Queiroz, ingressou por concurso no serviço diplomático de Portugal, sendo nomeado cônsul em Havana. Detestou Cuba. Nada havia na ilha do Caribe que não lhe parecesse ignóbil. Sofria com saudade dos amigos e das noitadas no bares do Chiado e do Rocio, onde conquistara o prestígio de príncipe da conversação.

Escreveu a Ramalho Ortigão: "Estou tão só que a minha conversação é com o meu criado: estou tão imbecil que leio Paulo de Kock..."

Por isso, um dos dias mais felizes de sua vida foi aquele em que, no final de 1874, recebeu a comunicação de sua transferência para o consulado em New Castle, na Inglaterra.

Começa, então, verdadeiramente a trajetória luminosa de Eça como romancista. Em 1876, sai a publicação em livro de "O Crime do Padre Amaro" e no ano seguinte escreve, em New Castle, "O Primo Basílio". Os dois romances esgotam-se em pouco tempo. Recebidos por alguns espíritos conservadores como livros escandalosos, mas pela grande maioria com louvores e aplausos. Eça tinha vencido. Estava sintonizado com a sua época.

Em 1878, foi transferido para o consulado de Bristol, também na Inglaterra, onde escreve "A Capital" parte da "Relíquia", "O Conde de Abranhos", sátira política a moda dos humoristas ingleses, e as "Cartas de Inglaterra".

Algum tempo depois, publica "O Mandarim", fantasiosa novela, espécie de parábola surrealista, na qual o amunense Teodoro, com um simples

toque mágico de campainha, mata um homem fabulosamente rico na China e torna-se automaticamente seu único herdeiro em Portugal.

Para concluir que o crime não compensa, Eça descreve, com toques de genialidade, a inutilidade do diñheiro mal ganho e o invencível remorso do personagem, finalizando com esta frase lapidar: "Só sabe bem o pão que, dia a dia, ganham as nossas mãos. Nunca mates o mandarim..."

A seguir, Eça publica a "Relíquia", que ostenta no frontispício a feliz epígrafe: "Sobre a nudez forte da Verdade, o manto diáfano da Fantasia".

Já então, próximo dos 40 anos, mergulhava em crises de **spleen**, a solidão fazia-lhe mal, o inigualável **causeur** dos restaurantes lisboetas sentia a dramática realidade do isolamento longe da pátria. Havia um meio de remediar isso, que ele chamava de "viuvez da alma": o casamento. Entre os seus velhos amigos só ele restava solteiro. Toma a grande decisão e pede em casamento a irmã de seu já falecido amigo e companheiro da viagem ao Oriente, o Conde de Rezende. No dia 10 de Fevereiro de 1886, com 40 anos completos, casa-se com Emília, de 28 anos, na cidade do Porto. Desse feliz enlace nasceram 4 filhos: José Maria (o Zezé), Maria (a preferida), Antônio e Alberto.

Dois anos após o casamento, Eça publica "Os Maias", obra extraordinária, largo painel da sociedade portuguesa que traça, em desenvolvimento paralelo, a história de uma família e a crônica social da Lisboa daquele tempo. Nesse mesmo ano de 1888, recebe o prêmio com que sempre sonhara em sua carreira consular: - é removido para Paris! Até que enfim, Paris!

Instala-se na bela casa de Neuilly, perto do Bois de Boulogne e retoma, com renovado vigor, a atividade literária. Escreve a saborosa "Correspondência de Fradique Mendes", onde a criatura Fradique em muito se identifica com a pessoa do criador. Começa também a elaborar "A ilustre Casa dos Ramires", onde revive, com estilo cada vez mais apurado e brilhante, duas sociedades diferentes: a do passado e a do presente, numa dúplici realidade artística encartada na mesma obra - a vida do personagem Gonçalo Mendes Ramires, o Fidalgo da Torre, e a descrição da antiga sociedade portuguesa através da novela que o Fidalgo da Torre vai escrevendo.

Também desse fecundo período são os "Ecos de Paris", as "Cartas Familiares", as vidas dos Santos (S. Cristóvão, Santo Onofre e S. Frei Gil), de póstuma publicação, os artigos de, imprensa depois publicados em livro com o título "Notas Contemporâneas", além de muitos de seus admiráveis contos (onde se podem destacar "Singularidades de uma Rapariga Loira", "A Perfeição", "Frei Genebro", "Suave Milagre" e "Civilização"). Este último foi

depois ampliado por Eça, transformando-se no romance "A Cidade e as Serras", que mostra o seu protagonista Jacinto de Thormes a enfadar-se, a enfadar-se, a entender-se na civilização burguesa do palacete nº 202 da Avenida Champs Elysées e amando a mudança para as terras lusitanas, as paisagens campestres os costumes simples do interior.

O tempo passa inexorável, Eça envelhece precocemente, talvez extenuado pelo excessivo labor da última década, e marcha serenamente para o fim. À noite, no término de cada serão, nunca se recolhe sem dizer: - "Vou comunicar-me com Deus". Não faz nenhum projeto sem acrescentar: - "... se Deus quiser".

Sente-se fragilizado, doente e parte aos 28 de Julho de 1900, na companhia do grande amigo Ramalho Ortigão para uma estação de repouso na Suíça. Sentindo-se mal em Gliou, decidiu voltar a Paris, onde faleceu confortado pela dedicada esposa Emília e pelos quatro filhos bem-amados. Eram 4 horas da tarde do dia 16 de Agosto de 1900. Morria Eça de Queiroz com apenas 54 anos de idade.

O século XIX também estava terminando.

## PERSONAGENS PRINCIPAIS

A glória de Eça como romancista decorre, certamente, de seus excepcionais dotes de analista de almas, de perito na dissecação de caracteres e de profundo conhecedor da psicologia humana.

Nenhum outro escritor enriqueceu mais que ele o romanceiro da nossa língua com tipos tão notavelmente reais, verdadeiros e convincentes.

A prova disso está em que quase todos os personagens por ele criados lançaram raízes na simpatia popular, fixaram-se na retentiva geral, a ponto até de alguns se terem tornado proverbiais.

Quem haverá, por exemplo, que desconheça aquele famoso Conselheiro Acácio, de "O Primo Basílio"? Vestido sempre de preto, com o pescoço metido num colarinho alto, era alto, magro e o rosto, aguçado no queixo, ia-se alargando até a calva ampla e reluzente. Tingia os ralos cabelos que, duma orelha à outra, lhe faziam um colar por trás da nuca, e aquele preto lustroso dava, pelo contraste, mais brilho à calva; mas não tingia o bigode: tinha-o grisalho, farto, caído aos cantos da boca. Pedante e pernóstico, conservador como todo bom burocrata, quando diz "El Rei" se soergue um

pouco da cadeira. Nunca emprega palavras triviais. Não diz "vomitar"; faz um gesto indicativo e diz - "restituir". Prefere "vórtice" a "abismo". Gosta de citações. Fala constantemente em "o nosso Garrett, o nosso Herculano". Se comparece a um velório, logo na entrada exclama, compungido: "Como é doloroso ver uma família enlutada"! Se uma senhora cai ao descer uma escada, tem esta reflexão profunda: "É sempre uma temeridade descer-se uma escada sem colher o auxílio do corrimão..."

O Conselheiro Acácio, como se vê, era um legítimo colecionador de lugares-comuns... Permanece até hoje como personagem-símbolo, garantindo a glória literária do autor de "O Primo Basílio".

Desta mesma obra, outra personagem inesquecível é a criada Juliana, retrato perfeito de alcoviteira e chantagista, sinistro exemplar da criada revoltada que odeia as patroas, sempre de ouvido colado às portas, a vasculhar gavetas, à espreita de alguma intimidade doméstica, para depois obrigar a que lhe comprem caro a cumplicidade do silêncio.

E quem haverá que não recorde, do mesmo livro, aquela gorda dona Felicidade, que sofria de flatos e morria de amores ante a fleumática indiferença do Conselheiro Acácio?

Quem não lembrará, de igual passo, aquele esplêndido João da Eça, de "Os Maias", que muitos consideram um auto-retrato do próprio autor, de monóculo sempre entalado no olho vivaz e de lábios sempre engatilhados para desancar o clero e a escola romântica?

Ou então aquele soberbo Dâmaso Salcedo, da mesma obra, caricatura de poltronaria, que escreveu, certa vez, uma carta covarde e humilhante de retratação num papel que ostentava o brasão de sua família e a legenda heráldica - "Eu sou forte"?

Por outro lado, quem há que se tenha esquecido daquele hipócrita Teodorico Raposo, de "A Relíquia" - o guapo Raposoão, "português d'aquem e d'além mar" - que enganou a beatice da Titi e ao regressar da Terra Santa acabou sendo desmascarado por causa da troca do pacote da relíquia pelo das roupas íntimas da amante?

E quem há, finalmente, que não traga na lembrança aquele célebre Pacheco, de "A Correspondência de Fradique Mendes", reedição do Conselheiro Acácio, protótipo do "medalhão", que, de uma feita, solicitado a dar a sua opinião sobre uma controvertida personalidade da época, se levantou da sua cadeira de deputado, moveu solenemente o braço num largo gesto horizontal, e se sentou de novo, deixando Portugal inteiro a fremir de admiração e de pasmo diante de tão serena e onisciente mudez?

Todos estes personagens que acabo de evocar ligeiramente, bem como outros muitos que integram a vasta galeria dos tipos criados por Eça (**verbi gratia**, Jacinto de Thormes, Topsisus, Padre Amaro, Basílio, Tomaz de Alencar e outros), estão vivos e bem vivos na memória de quantos já tenham lido as obras do notável romancista.

A cada passo estamos topando com gente igual, igualzinha àquela que ele criou e imortalizou, **aere perennius**, em seus livros admiráveis.

É justamente a esse dom de retratar a humanidade, destacando-lhe a feição grotesca, burlesca e caricata, que Eça de Queiroz deve uma grande parte da preferência que desfruta entre os leitores de toda casta.

## O ESTILO DO ROMANCISTA - Os adjetivos

Os livros de Eça são vasados, sem exceção, na mais agradável das prosas, em linguagem simples e colorida, que ora se aguça em fulminações de ironia, ora se eleva em transportes de ternura, ora se requinta em minúcias de descrição, tendo sempre a justa medida e guardando sempre a precisão e a beleza.

Sobretudo em um ponto do seu estilo Eça alcançou a plenitude.

É no que diz respeito a escolha e ao emprego dos adjetivos.

Vicente de Carvalho exprimiu, certa ocasião, a importância dos adjetivos na composição estilística dizendo que eles são flores ou são chagas, conforme bem ou mal empregados. Pois no estilo de Eça podemos afirmar que os adjetivos foram sempre flores. Se não, vejamos.

Colhemos alguns exemplos da adjetivação variada e policrômica que Eça, em diversas passagens, deu ao vocábulo "**silêncio**".

Vamos citá-los para documentar o poder de sugestão e a riqueza impressionista com que ele, valendo-se dos adjetivos, realçava seus dotes de estilista primoroso.

Ei-los: -

- "Mas, pela primeira vez, desde a sua intimidade, houve entre eles um silêncio **difícil**" ("Os Maias", 1946, II, pag. 82).

- "O velho portão que ouvira sempre a ranger abominavelmente, rolava agora nos gonzos com um silêncio **oleoso**" ("Os Maias", 1946, II, pag. 150).

- "Depois do almoço, como chovia sombriamente, não arredamos do 202, com os pés estendidos ao lume, em **preguiçoso** silêncio" ("A Cidade e as Serras", 1946, pág. 156).
- "... as senhoras aproveitavam para cochichar, no desabafo daquele silêncio **cerimonioso**" ("A Cidade e as Serras", 1946, pág. 316).
- "E recolhemos sem que Jacinto emergisse do silêncio **enrugado** em que se abismara" ("A Cidade e as Serras", 1946, pág. 180).
- "No fim de quinze dias, foi à casa da senhora condessa... Fazia um grande calor; aquele **alto** silêncio **aristocrático** aterrava Amaro" ("O Crime do Padre Amaro", 1945, pág. 42).
- "Era um silêncio **seco** "uma hostilidade gelada de divindade ofendida" ("O Crime do Padre Amaro", 1945, pág. 435).
- "Mas afora, em lugar das boas cavaqueiras, tinha só o silêncio **intratável** da velha" ("O Crime do Padre Amaro", 1945, pág. 490).
- "O encanto especial da esmola da rainha está no silêncio **abafado** com que a espalha" ("Notas Contemporâneas", 1944, pág. 460).
- "O justo Hannan interrogara o Rabi, que emudecera num silêncio **ultrajante**" ("A Relíquia", 1945, pág. 186).
- "Cada dia se prolongavam mais os seus silêncios **hostis**, roendo as unhas" ("O Primo Basílio", 1945, pág. 35).
- "Quase ninguém passava. Havia um silêncio **fatigado**" ("O Primo Basílio", 1945, pág. 98).
- "As horas eram muito regulares, havia sempre um silêncio **pacato**" ("O Primo Basílio", 1945, pág. 253).
- "Quando voltou à sala notou um silêncio **enfasiado**" ("O Primo Basílio", 1945, pág. 349).
- "Meus amigos - à família real!" e ergueu o copo - "... à família modelo que, sentada ao leme do Estado, dirige..." Procurou o fecho; havia um silêncio **ansioso**" ("O Primo Basílio", 1945, pág. 403).
- "Toda a Câmara cessou seu desafogado sussurro, para que num silêncio condignamente **majestoso** se pudesse, pela primeira vez, produzir o imenso talento de Pacheco" ("A Correspondência de Fradique Mendes", (1946, pág. 188).

Ao cabo destas citações - todas tiradas de edições da Livraria Lello & Irmão, Porto - cremos estar fora de dúvida a mestria com que Eça se servia dos adjetivos. Em cada uma das frases referidas ele encaixou o qualificativo que convinha ao efeito pictórico almejado.

Se quisermos pôr à prova esta assertiva basta que busquemos substituir qualquer dos adjetivos empregados. Veremos que, com a substituição, as frases perderão a vivacidade, o fulgor, o brilho, pois justamente nessa arte de empregar o adjetivo **insubstituível** é que reside um dos méritos maiores do grande estilista Eça de Queiroz.

Sua opulenta obra, riquíssima de conteúdo humano, é de larga prodigalidade estilística.

Por isso, desafiando o tempo, cada vez fica mais atual.

Mais do que atual: eterna!!!

Daí por que, na passagem do sesquicentenário do nascimento daquele que, modestamente, dizia ser "apenas um pobre homem da Póvoa do Varzim", prestamos ao extraordinário romancista esta homenagem, em nome da Academia Campinense de Letras, com a certeza de que restou plenamente justificado o título desta palestra : "**A eternidade de Eça de Queiroz**".

## A PRINCESA IMPERIAL D. ISABEL E AS CÂMARAS FLUMINENSES

Thalita de Oliveira CASADEI

Presumimos que D. Isabel tenha sido gerada em terras de Santa Catarina, durante a viagem que Suas Majestades, D. Pedro e D. Teresa empreenderam ao Sul do País. Ali, no local onde hoje é Caldas da Imperatriz e, antes Caldas do Cubatão, teria o Imperial Par demorado alguns dias prosseguindo logo a viagem para o Rio Grande do Sul. A 29 de julho desse ano de 1846 nasce, no Rio de Janeiro, no Paço de São Cristovão, a princesa que receberia na pia batismal o nome de Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Gonzaga de Bragança.<sup>1</sup>

Por essa ocasião, diversas Câmaras Municipais se manifestaram, enviando seus representantes para felicitar os Monarcas que com o correr dos anos perderam dois filhos, os Príncipes D. Afonso, em 1845 e D. Pedro Afonso, em 1848, mas ganharam D. Leopoldina em 1847.

Assim, foi a Câmara Municipal de Mangaratiba que designou Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho e o Dr. Joaquim José Teixeira para felicitar os Monarcas.

O Presidente da Província comunicou ao Ministro do Império para tomarem conhecimento de "haver Sua Majestade a Imperatriz dado a luz a uma Princesa".

Do mesmo, o Bispo de São Paulo incumbiu ao Presidente da Província, em seu nome felicitar Suas Majestades por ocasião do nascimento de Sereníssima Princesa e pedia dia, hora e lugar em que "me devo apresentar para cumprir tão agradável incumbência".

O Ministro do Império, Joaquim Marcelo de Brito, oficiou a Campos Freire, pedindo para ser admitido à Alta Presença de Sua Majestade

---

(1) VIANA, Helio. Novo Dicionário de História do Brasil.

Imperial a fim de beijar sua mão e expor ao mesmo Excelso Senhor os sentimentos que me animaram e ao Batalhão dos Guardas Nacionais da Vila de Resende do qual tenho a honra de ser Tte. Coronel Comandante, pelo feliz acontecimento do nascimento da Princesa que a Divina Providência aprovou outorgar à Nação Brasileira".

A Câmara de Itaboraí felicita o nascimento da Princesa por meio de uma Comissão presidida por Antonio da Costa e Souza, Presidente da Câmara Municipal.

Do quartel do Corpo Policial de Niterói, o Comandante Nepomuceno Castrioto refere-se a um hábito antigo: "aproximando-se o dia do batismo da Sereníssima Princesa Imperial e sendo de presumir quenesse dia Sua Majestade Imperial se digne agraciar a alguns daqueles seus súditos que tenham feito serviço ao País e dado provas de verdadeira amizade à Imperial Família, julgo meu dever levar ao conhecimento de V. Exa. os nomes dos oficiais do corpo do meu Comando".

A Câmara de Capivari (hoje Silva Jardim) felicitou a Suas Majestades pelo nascimento da Princesa, nomeando para isso o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira.

A Câmara da Vila de Itaboraí pretendia ser recebida pelo Imperador no dia designado para essa cerimônia, que seria dia 7 de novembro no Paço de São Cristovão, para felicitar Suas Majestades pelo feliz nascimento de Sua Alteza Sereníssima a Princesa. Entretanto, diz a Câmara, não é possível a comissão chegar até lá a tempo e pedem a designação de outro dia.

A Câmara de Rio Bonito organizou uma Comissão formada pelo Tte. Coronel Antonio de Sousa e Silva e o Dr. José Augusto Gomes de Meneses, para felicitar aos Imperadores pelo batizado de Sua Alteza, a Sereníssima Princesa, já em novembro do mesmo ano.

A Assembléia Legislativa indicou uma deputação de 12 membros para felicitar D. Pedro pelo nascimento e batismo da Sereníssima Princesa D. Isabel e pediu hora e lugar para recebê-los.

Lembramos que o ano de 1996 assinalou sesquicentenário de nascimento daquela que seria a Princesa Imperial e, depois do seu casamento, a Condessa d'Eu, falecida 14 de novembro de 1921, na Europa.

# A CAPITANIA DE SÃO PAULO ATRAVÉS DOS TEMPOS

Arthur Virmond e Supplycy de LACERDA

Instaurado em 1549 no Brasil o governo geral sob Tomé de Souza, duplicou-se volvidos alguns anos (1572) a administração da colônia com a implantação dos governos do Norte e do Sul, confiados respectivamente a Luís de Brito e Almeida e a Antonio Salema, este, responsável pela região ao sul de Porto Seguro, incluindo esta vila. Foi experiência efêmera, porquanto logo em 1577, centralizou-se novamente a governação na pessoa de Lourenço da Veiga, embora em 2 de janeiro de 1608 sofresse o território a ele confiado desmembramento através da instituição das capitanias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro, todas as três entregues a Dom Francisco de Souza. Da primeira, foi sede a vila homônima até 1681, quando seu donatário, o Marquês de Cascais, conferiu tal prerrogativa à vila de São Paulo.

Entretentes, receberam as capitanias do Sul em 10 de julho de 1658, a Salvador Corrêa de Sá e Benevides como seu governador, à parte do governo geral do Brasil, autonomia perdida em algum momento, nas décadas posteriores, porquanto em 4 de março de 1698, requeriam os oficiais da vila de São Paulo a sujeição das capitanias do Sul não mais ao governo geral senão ao do Rio de Janeiro, alegando a distância em que se encontravam da Bahia, sede daquele, a delongar por todo um ano a recepção de resposta aos requerimentos para lá enviados, enquanto, por outro lado, com o Rio de Janeiro efetuava-se a comunicação em menos de um mês, demora aquela "de que nascia o desacerto com que se provia os postos e ofícios daquelas capitanias pela falta que os governadores gerais tinham do conhecimento daqueles sujeitos por viverem tão distantes de sua assistência" (**Documentos interessantes para a História de São Paulo**, 47). Em contrapartida, face à "muita comunicação" da capitania do Rio de Janeiro com as do Sul, "só a esperança de os verem neles basta para serem (os governadores) respeitados e obedecidos", em atenção

ao que resolveu o monarca, em 22 de novembro, acolher o pedido, sujeitando as capitanias meridionais à governança do Rio de Janeiro.

Instalada em 1700 a ouvidoria de São Paulo, dois anos após consulta seu titular, Antônio Luís Peleja, ao monarca se tal decisão vigoraria "só durante o governo de Artur de Sá e Menezes ou em todo o tempo de qualquer outro governador", ao que recebeu resposta pela segunda alternativa:

"Me pareceu dizer-vos tenhais entendido que essas capitanias do Sul hão de ficar sujeitas (como está ordenado ao governador do Rio de Janeiro) para todo o tempo. pois a razão impulsivo que me moveu... foi a distância em que lhe ficava. para o recurso e conveniência desses mesmos povos". Acrescenta, a seguir: "... e assim o mando declarar aos oficiais da Câmara dessa Capitania para que tenham entendido que todas as do Sul hão de ficar subordinados ao governo do Rio de Janeiro" (Carta régia de 17-2-1703, em "Rev. de Arquivo Público de São Paulo, II).

Pouco perduraria a decisão, porquanto em 1709 autonomizar-se-ia São Paulo, em obediência à carta-régia de 9 de novembro, ao instituidor do governo da capitania nomeada em binômio, de São Paulo e Minas do Ouro, simultaneamente conferindo-lhe titular na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Rio de Janeiro, função que então abandonou. Assim exprime-se o diploma:

"Fui servido nomear-vos (como por esta nomeio) por governador de São Paulo e das Minas do Ouro de todos aqueles distritos. E ordenar-vos que largando logo ao sucessor que vos nomear o governo do Rio de Janeiro, passeis à Capitania de São Paulo ou distrito das Minas, e façais a vossa residência em qualquer destas partes que vos parecer mais conveniente ou ao meu serviço" (Documentos interessantes, 47/65).

O nomeado optou por assistir em Minas Gerais. Recomendou-lhe também o monarca a fundação de "algumas povoações para que as pessoas que assistem nas Minas vivam reguladas em a subordinação da Justiça" e prestar "toda a ajuda e favor ao Arcebispo da Bahia, Bispo do Rio de Janeiro" e seus acólitos "ministros e missionários" para serem "bem aceitos e tratados", como por igual lembrou-o de oferecer-lhes os mesmos ajuda e favor no propósito de retirar de Minas "todos os religiosos e clérigos que nelas assistirem sem emprego necessário" e "alheio ao estado eclesiástico.

Houve, ainda, El-Rei por bem prescrever-lhe arrendasse os quintos reais por distritos ou comarcas, pelo prazo máximo de dois anos, salvo a adoção

de outro meio mais vantajoso a critério do governador, desde que exequível "sem violência nem opressão" de seus vassallos.

Almejando premunir os descaminhos do ouro, autorizou-o o soberano a abrir uma oficina em que se fundiria e marcaria todo aquele metal, sob pena de confisco do quanto se subtraísse a ela.

Para certeza da execução das reais ordens, imposição do respeito devido ao cargo de governador e administração da justiça, ordenou-lhe o monarca a organização de um regimento de infantaria somando entre 400 e 500 praças, autorizando-o "por esta vez somente" a nomear-lhe os oficiais (à exceção do coronel), "com igualdade" e "conforme o seu merecimento" meio a paulistas e rinóis, entre os quais "não deve haver diferença".

Esclarece El-Rei a seus vassallos: "este Regimento não é para os conquistar... mas é para os defender de violências e conservar em paz e justiça, que é a primeira obrigação do Rei", que, acrescenta, premiá-los-ia e honrá-los-ia "muito conforme ao seu merecimento", conservando na sua "real lembrança" aos que se assinalassem no seu serviço. Conclui o diploma definindo o âmbito de poderes do novo governador "para evitar alterações entre os governos: "não haveis de ter... outra subordinação mais que ao Governador e Capitão-geral da Bahia", tal e qual seus colegas do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Transacta uma década, cogitar-se-ia no Conselho Ultramarino de novo desmembramento, agora para erigir em administração própria a capitania de São Paulo, à parte do território mineiro. Versando sobre a matéria, missivaram àquele colegiado o Marquês de Angeja, vice-rei do Brasil, o Conde de Assumar, governador de São Paulo e Minas do Ouro, e o ex-governador dela, Antônio de Albuquerque.

Ao Conselho pareceu dever "Vossa Majestade ser servido criar na capitania de São Paulo um novo governo", medida que "se faz totalmente precisa" pelos argumentos que aduz:

"O primeiro consiste na obrigação que têm os Príncipes de darem aos seus povos e vassallos quem o governe e reja... e a experiência tem mostrado que ainda que Vossa Majestade nomeie governadores das capitanias de São Paulo e Minas, os moradores de São Paulo não vêm a lograr este beneficio mais que no nome; porque tanto que os governadores tomam posse daquele Governo na cidade de São Paulo, logo se recolhem para o distrito das Minas por necessidade administrativa e nelas ficam em tanta distância que lhe não é possível reger aqueles povos, e as suas ordens não só ficam sendo inúteis para os casos de incidentes repentinos,

pela demora... porque com a distância e a certeza de que o Governador não pode largar a sua residência ordinária das Minas, perdem o vigor e respeito que se lhe devia, e deixam de se executar sem receio de castigo ou de coação<sup>14</sup>.

O segundo motivo cifrava-se na ministração da Justiça,

"porque ainda que na Comarca de São Paulo haja Ouvidor... também não é fácil que em povos tão mal morigerados, e tão pouco obedientes, possa satisfazer às suas obrigações, não tendo um Governador presente ou pouco distante que o auxilie, que com a sua presença e autoridade infunda nos povos respeito e obediência, e é certo que por esta causa se cometem naqueles distritos gravíssimos delitos que quase todos ficam impunes e esta impunidade em que estão habituados os facilita".

Um terceiro móvel encarnava-se nas necessidades militares,

"porque justamente se pode dizer que esta parte de nossa América necessita de maior cuidado e este respeito, do que ainda as outras, porque não só está exposta por mar aos inimigos da Europa, e se acha menos fortificada que as outras, mas também pelo interior delas, pois vemos que os padres da Companhia, castelhanos, com os índios da sua doutrina se introduzem pelo sertão naquelas terras, que alguns deles não duvidam pertencerem a esta Coroa, e não obstante isso se querem estabelecer nelas; e como naquela parte se entende, e ainda se sabe por experiência que há minas de ouro e outros metais, e de algumas atualmente se está tirando ouro, se fazem mais apetecidas das nações da Europa, e só tendo um Governador sobre aquelas costas, em parte que possa acudir prontamente onde o pedir a ocasião, juntando a gente do país se pode esperar que poderemos defendê-lo e conservá-lo, se for invadida a marinha e afastar do interior os castelhanos, que não nos inquietarão se virem em nós disposições para impedirmos os seus desígnios".

Derradeiro motivo traduzia-se na

"bem fundada esperança que se pode ter, de que a fazenda real e a dos particulares se aumentará muito com esta separação, porque os paulistas, que são os mais aptos para os descobrimentos, e aqueles a quem se deve os das Minas que atualmente se lavram, vendo-se separados dos que eles chamam forasteiros, e que a sua cidade de São Paulo é cabeça de governo e residência dos

governadores, hão de procurar de descobrir minas ricas em emulação e ódio dos habitantes e traficantes das Minas gerais para se despiciarem deles e por este modo se aumentarão os quintos e os dízimos.<sup>1</sup>

Aquiescia o Conselho ao alvitre de Antônio de Albuquerque no tocante aos limites da nova capitania com a de Minas, a serem fixados ao longo do rio Grande até o Pitangui, incluindo-se nela o porto de Santos e os mais para o Sul a partir dele, a ser franqueado à navegação com o Reino. Ao novo governador, deferir-se-iam poderes análogos aos de seus homólogos das outras capitanias: "Por este modo, remata o parecer de 11 de agosto de 1709, parece ficará mais segura e conservação daquela parte da América Portuguesa, que é uma porta para as Minas, os vassalos mais obedientes e disciplinados, a justiça melhor administrada e a fazenda real mais aumentada".

Ante razões tão ponderosas, deixou-se D. João V persuadir, acatando em 27 de janeiro de 1720 ao alvitre, de que discrepou apenas para adotar como limite da nova capitania o já instituído entre a comarca de São Paulo e a do Rio das Mortes, ordenando ao Conselho informar-se no intuito de regularem-se "os confins das Minas Gerais com os governos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, para evitar-se a disputa que há entre os governadores a respeito dos limites". Pouco menos de um mês volvido, em 21 de fevereiro, participava El-Rei sua decisão ao governador carioca: "por ter resoluto que se crie um novo governo de São Paulo separado do de Minas".

Finalmente, em 2 de dezembro daquele ano, firmava o rei o alvará criando a ventilada administração:

"Hei por bem que nas capitanias (sic) de São Paulo se crie um novo Governo com os mesmos confins que tem a comarca da ouvidoria de São Paulo com a comarca da ouvidoria do Rio das Mortes; e pela marinha quero que lhe pertença o porto de Santos, e os mais daquela costa, que lhe ficam ao Sul, agregando-se-lhe as vilas de Parati, de Ubatuba e da Ilha de São Sebastião",

compreendendo além destas as vilas de Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Taubaté, Jundiaí, Sorocaba, São Vicente, Iguape, Paranaguá, Laguna, Curitiba, Pindamonhangaba, Jacareí, Parnaíba, Itu, Santos, Itanhaen, Cananéia e São Francisco. Destas, Parati foi em 1726 anexada à capitania do Rio de Janeiro.

Efêmero, contudo, seria a autonomia paulista, revogada em 1748 por efeito da carta-régia de 9 de maio, subscrita pelos conselheiros ultramarinos Tomé Joaquim da Costa Corte-Real e Rafael Pires Pardiniho, este, portador de

(1) As quatro citações, em **Documentos Interessantes...**: 53, 173/4.

largo conhecimento e experiência das lides paulistanas, ouvidor que fora na comarca de São Paulo de 1717 a 1721.

No diploma criava o soberano duas novas capitanias, a de Goiás e a de Cuiabá, reputando "desnecessário que haja mais um (governo) em São Paulo", de cujo perímetro destacaram-se elas e cuja área remanescente resolveu D. João "que fiquem como estavam antes que se criasse o governo de São Paulo", aludindo não ao governo de São Paulo isoladamente, senão ao conjunto de São Paulo e Minas do Ouro, o que equivalia retroceder à situação de 1698, quando São Paulo subordinou-se ao Rio de Janeiro. Foi efetivamente o que se verificou: partindo para o Reino o governador paulista, D. Luís de Mascarenhas, em 1º de março de 1750, em execução à ordem de 1748, perdeu São Paulo sua administração própria, para fundirem-se na capitania do Rio de Janeiro suas duas comarcas, a de São Paulo e a de Paranaguá, condição que mantiveram.

Bem mais tarde, em 1765, reconstituir-se-ia a governança paulista, como consectário da carta de 13 de julho de 1764, do vice-rei Conde da Cunha ao monarca, exprimindo-lhe o "miserável estado" a que se achava reduzida a comarca de São Paulo "por falta de governo", ao que o soberano "deu logo a providência necessária", nomeando em 6 de janeiro de 1765 ao Morgado de Mateus (D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão) como governador da capitania de São Paulo. Com isto reconquistou São Paulo, e definitivamente, sua existência como unidade administrativa autônoma, de cujo território desmembrar-se-ia em 1853 sua quinta comarca, transformada então na província do Paraná.

## DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

# RUI BARBOSA E A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS

Astrojildo PEREIRA

Desde os 19 anos de idade, ainda no segundo ano de Direito, em São Paulo, já Rui Barbosa se empenhava, pela palavra e pela ação, em favor da raça negra escravizada. Em 1868, propunha ele a uma loja maçônica daquela cidade, da qual era orador, que os seus membros assumissem a obrigação de libertar o ventre das escravas que possuísem e que essa obrigação ficasse estabelecida como exigência indispensável à aceitação de novos associados no futuro. A proposta do moço estudante foi aceita e aprovada, mas contra a opinião e o voto do venerável da loja, o que levou este último a renunciar o seu posto - e chamava-se ele nada menos que Antônio Carlos e era professor na Faculdade. Ainda em São Paulo, no ano seguinte, 1869, pronunciava o jovem estudante sua primeira conferência abolicionista, em debate público, verdadeira petulância de estudante, diria ele próprio, mais tarde, ao recordar a façanha. Também pela imprensa, principalmente pelas colunas do "Radical Paulistano", batia-se com igual pugnacidade em prol da emancipação dos escravos.

De volta à Bahia, advogado, jornalista, político militante, não perdia oportunidade de pregar e defender as suas idéias acerca do problema da escravidão. Em 1871, quando se discutia o projeto da lei Rio Branco, manifestava-se Rui não só a favor do projeto, mas a favor de reforma ainda mais ampla. Em 1874, falando num comício popular, acoimava de insuficiente a lei de 71 e proclamava a necessidade de medidas mais radicais. Em 1875, publicava no "Diário da Bahia", de que era redator, um folheto - "Pelos Escravos" - que se tornou famoso. Em 1881, ao comemorar-se na Bahia o decenário da morte de Castro Alves, a 9 de julho, era Rui Barbosa escolhido para orador oficial da cerimônia, e o seu discurso colocou a comemoração numa altura digna do poeta e da causa que o nome do poeta simbolizava. No mesmo ano de 1881, ao pleitear

perante o eleitorado a renovação de seu mandato de deputado geral, inscrevia no seu programa, com o devido destaque, a questão da transformação do trabalho livre e da extinção do elemento servil. Em 1882, por ocasião do centenário do Marquês de Pombal, convertia a sua conferência de 8 de maio em ato de pregação abolicionista. E em 1884, constituído o gabinete de 6 de junho, sob a presidência de seu chefe e amigo Souza Dantas, a Rui Barbosa caberia a tarefa principal na reforma projetada: redigir o projeto que seria apresentado à Câmara em nome do governo, elaborar o parecer acerca do projeto, em nome das comissões de orçamento e justiça civil e, ainda, no parlamento e na imprensa, meses a fio, defender e sustentar a política anti-escravista do ministério.

\*

Não há a menor sombra de exagero em se qualificar de prodigioso o trabalho de elaboração e redação deste parecer: são quase duzentas páginas de texto escritas do próprio punho no curtíssimo prazo de dezenove dias, e texto abundantemente documentado, com rigoroso aparato bibliográfico a identificar as múltiplas fontes, nacionais e estrangeiras, onde o autor colheu os elementos necessários ao seu estudo e à sua argumentação.

Por sua mesma natureza, o parecer devia limitar-se aos aspectos da questão abrangidos pelos dispositivos do projeto; e o relator não se desviou nem foi além do terreno assim delimitado. Mas aí bateu e revolveu tudo, palmo a palmo, polegada a polegada, com o método inexorável de análise, que ele sabia utilizar como ninguém, sem deixar de pé coisa alguma que acaso pudesse aproveitar aos adversários e oponentes.

Por exemplo, os sofismas do escravismo, repetidos e renovados durante mais de meio século pelas vozes interessadas na manutenção do trabalho servil; Rui Barbosa, ao mesmo tempo que os historia, esfarela-os, um a um, através do crivo de uma crítica tanto mais severa quanto mais objetiva e afiançada.

Ninguém defendia abertamente o regime da escravidão. Em princípio, sim, "em princípio", todos tinham sido favoráveis à supressão do tráfico; todos eram favoráveis à emancipação; e todos seriam, por fim, favoráveis à abolição. A divergência, pois divergência havia, era só na maneira ocasional de encarar o problema; tudo questão de "tempo", de "oportunidade", de "conveniência", de "prudência", de "gradação"; em suma, tudo questão de pôr em primeiro lugar os "superiores interesses" do país. De tal sorte, a cada

medida que se aventasse em favor dos escravos, correspondiam dezenas de sofismas sob a forma restritiva de um "mas", de um "porém", de um "todavia", de um "contudo", de um "no entanto"...

O deputado Cunha Matos dizia, em 1827: "Por modo nenhum me proponho defender a justiça e a eterna conveniência do comércio de escravos para o Império"; mas o tratado anglo-brasileiro para a supressão desse comércio lhe parecia "prematureo, extemporâneo, enormemente daninho ao comércio nacional, arruinador da agricultura, aniquilador da navegação, golpe cruel nas rendas do Estado". A lei contra o tráfico, promulgada para dar cumprimento ao referido tratado, passou em 1831; pois ainda em 1848, dezessete anos decorridos, Bernardo de Vasconcelos, como que a proclamar a legitimidade da sua não execução, sustentava que "a agricultura sofreria muito se cessasse a introdução de braços africanos". Baseado em algarismo infosofismável, Rui mostrou que a produção agrícola do país, durante a primeira década que se seguiu à aplicação rigorosa da lei de 1850, não só não acusou o menor sinal de ruína, conforme prognosticavam as cassandras do escravismo, como ainda aumentou até duplicar: 55.000:000\$ 1849/1850 e 112.000:000\$ dez anos mais tarde.

Tremenda seria a oposição, em 1871, ao projeto Rio Branco. A história dessa oposição, escreve Rui, "encerra um tesouro inexaurível de preciosas lições"; ele mergulha a fundo na mina, explorando-a com mãos de mineiro calejado no ofício. Todos os grandes opositores de então - Andrade Figueira, Capanema, Gama Cerqueira, Paulino de Souza, José de Alencar, Perdígão Malheiro, Barros Cobra, Pereira da Silva, Vila da Barra, Nébias, Cruz Machado - são de novo chamados ao debate a cada qual deles procura avantajá-lo aos demais na previsão das piores calamidades públicas e privadas, se o projeto chegasse a converter-se em lei. Converteu-se em lei o projeto e as previsões falharam de todo em todo. Rui pergunta, treze anos depois: "Onde está, entretanto, a desorganização social com que nos apavoravam? a paralisação do trabalho agrícola? a insurreição geral? a destruição da lavoura? a bancarrota financeira? Encontramos a resposta num quadro estatístico minucioso, que ele nos desdobra diante dos olhos, e no qual verificamos que as rendas do Estado - índice do desenvolvimento pacífico e progressivo do país - aumentaram de 29% nos doze anos subseqüentes à promulgação da lei promovida pelo Visconde do Rio Branco.

Mas os sofismas se multiplicavam e renasciam sempre iguais a si mesmo, cada vez que se agitava o problema da emancipação. O deputado Nébias dissera em 1871, e outros o repetiam em 1884, que os escravos viviam muito bem, tratados com bondade pelos senhores, e nada teriam a ganhar com

uma emancipação ou libertação que os equiparasse ao jornaleiro europeu, ao proletário das indústrias, ao operário agrícola dos velhos países; Rui liquida o sofisma com o testemunho de Darwin, o qual, no seu diário de viagem pelo Brasil, ao registrar as impressões que lhe causara o espetáculo do cativo, rogava a Deus a mercê de não voltar jamais a visitar um país de escravos. José de Alencar fizera alarde dos seus sentimentos humanitários e fraternais, quando reclamava, como condição prévia para a redenção dos "irmãos escravos", um plano de instrução e educação que os libertasse primeiramente "da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade"; Rui destrói o sofisma, retomado pelos escravistas de 1884, apoiando-se na argumentação utilizada por Tocqueville, 46 anos antes, no parlamento francês, contra subterfúgios iguais ao de Alencar. Outro sofisma, corrente em 1871 e repisado em 1884, consistia em exigir que a reforma fosse precedida de vasto inquérito à opinião nacional, de estudos cabais, minuciosos e completos - de "estudos, estudos sem fim" - exclamaria ironicamente o deputado Araújo Lima; Rui refuta a velha evasiva com a opinião sumária e justa de outro deputado, A. de Araripe, quando ponderava que aqueles que não admitiam a emancipação sem tais condições prévias em verdade não a queriam de modo algum, e ainda com a opinião autorizada de Jequetinhonha, quando em 1867, no Conselho de Estado, rebatera com vantagem semelhantes alegações dilatórias.

Muitos desses sofismas e maus augúrios aparecem, aos nossos olhos de hoje, como argumentos simplesmente pueris ou ridículos. Mas o juízo dos homens facilmente se engana e deforma sob a influência de interesses contrariados. De outro modo não poderíamos compreender o fato de eminentes personalidades se deixarem apavorar com a idéia da emancipação dos escravos, a ponto de aconselharem o governo, como o fizeram o Marquês de Olinda e o Visconde de Sapucaí, em 1867, a repelir qualquer pensamento em tal sentido, pois se deixasse perceber, por uma só palavra que fosse, a mais leve inclinação a favor do elemento servil, isso equivaleria a nada menos que "abrir a porta a milhares de desgraças". A mentalidade dos escravistas se mostrava impermeável tanto ao raciocínio teórico, que os adversários lhe propunham quanto à mesma lição dos fatos comprovados pelo tempo. Por isso, repetiam e repisavam, invariavelmente, as objeções de sempre: em 1827, em 1831, em 1850, em 1871, em 1884, às vésperas de 1888... e ainda depois.

Muito instrutivo, a este respeito, é verificar o que deixou dito o deputado Souza Carvalho no voto em separado, que apresentou às comissões reunidas de justiça e orçamento, contra o projeto de 15 de julho e contra o parecer de Rui Barbosa. O próprio Rui, anos depois, recordaria o teor daquele voto adverso, resumindo-o em breves linhas: "O Sr. Souza Carvalho, autor do

voto em separado, via no projeto de 15 de julho, o suplício da constituição, uma falta de consciência e de escrúpulo, um verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a ruína geral, a situação do Egito, a bancarrota do Estado, o suicídio da nação".

Inimigos havia da reforma, que pretendiam resolver o problema unicamente por meio da substituição gradativa do escravo pelo colono. Preconizavam para isso a adoção de medidas tendentes a favorecer e intensificar a afluência de colonos europeus, que seriam empregados no trabalho agrícola ao lado dos escravos. O trabalho livre, argumentavam, acabará por sobrepujar e eliminar o braço escravo e este resultado, acrescentavam logo, seria obtido suavemente, sem abalos nem prejuízos para a lavoura nacional. Rui Barbosa desmancha a trama deste novo sofisma, que resultava meramente de uma inversão dos termos da questão. A própria experiência - não só alheia, mas também nossa - evidenciava de maneira bem clara que o movimento colonizador conforme se acentua no parecer, dependia essencialmente da renovação das condições do trabalho.

Sabe-se das tentativas que vinham sendo feitas, principalmente na província de São Paulo, para conciliar, lado a lado, o trabalho livre e o trabalho escravo. Mas tais tentativas, ou falhavam por inviáveis, demonstrando a impossibilidade prática de semelhante hibridismo, ou, quando realizadas com espírito experimental e progressista, serviam para indicar que o trabalho livre, pela natureza mesma da sua organização e das suas condições de desenvolvimento, produzia maior e melhor rendimento econômico do que o trabalho escravo. A esta conclusão teria já chegado o senador Vergueiro, na sua fazenda de Ibicaba, onde fundara, em 1847, a famosa colônia de imigrantes europeus para a cultura do café pelo sistema de parceria.

"Dez homens livres fazem o trabalho de trinta escravos", diria Jequetinhonha vinte anos depois da experiência de Ibicaba, e Rui cita-lhe a frase para opô-la às "vozes espectrais do passado", que tão obstinadamente se aferravam aos preconceitos do escravismo. Algumas páginas do parecer são neste ponto consagradas ao exame de estatísticas demonstrativas do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, nos anos que antecederam à guerra civil, pondo-se em cotejo as cifras referentes aos Estados livres do Norte e aos Estados escravistas do Sul. Vemos aí, concretamente expostos e alinhados, os algarismos relativos aos diversos aspectos de economia de uma e de outra região - valor da propriedade, produção agrária, produção industrial, capital bancário, importação e exportação, entradas aduaneiras, movimento dos meios de transporte, patentes de invenção - e todos eles comprovando o mesmo fato: a impressionante inferioridade dos Estados do Sul, onde

predominava o regime econômico baseado na exploração do braço escravo. Mas a influência amesquinhadora da escravidão não se fazia sentir somente nos domínios da economia. O confronto dos dados concernentes ao ensino e às escolas, às bibliotecas públicas, ao número e à tiragem dos jornais, à renda dos correios, etc., confirmavam e definiam o contraste.

Por esta altura do parecer, em breve passagem a propósito da Guerra da Secessão provocada pelos Estados do Sul, refere-se o relator a certo aspecto da questão, que hoje nos parece do maior interesse, com certeza muito maior do que teria parecido aos leitores de então. Escreve Rui Barbosa aí, textualmente, que "a rebelião do Sul não teve outro intuito, senão organizar um Estado com o cativo por base e por política a dilatação territorial dele", e que os seus chefes "alardeavam despejadamente a glória de iniciarem no mundo o primeiro governo estribado na grande verdade física, filosófica e moral de que a sujeição civil às raças superiores é a condição natural e normal do negro.". Podemos hoje acrescentar que a derrota dos escravistas confederados foi também a derrota dos seus desígnios políticos. Mas evidentemente não é por acaso que assim encontramos, justo entre aqueles ferrenhos partidários da escravidão do homem pelo homem, alguns típicos precursores dos hodiernos partidários das teorias racistas e sua conseqüente política de espaço vital.

Noutra parte do parecer, volta Rui a tratar do problema da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, examinando-o agora sob o ângulo das providências aventadas no projeto. Ele não acredita que a reforma se pudesse levar a cabo sem comoções nem dissabores, pois isso é contingência de todas as reformas; mas tampouco acredita nas terríficas previsões ditadas por um pessimismo quase sempre mais interesseiro do que perspicaz. Acredita, aí sim, nas lições da experiência, que a nossa história e a história de outros países ofereciam à meditação dos estudiosos. Lembra, de novo, então, o que se passou no Brasil depois da supressão do tráfico e da lei do ventre livre: ao invés da perdição total, da decadência irremediável, da ruína de tudo e de todos, o país marchara para a frente, melhorando de ano para ano os negócios públicos e privados. E de novo passa em revista os sucessos verificados em diversos países e ilhas da América Central e Setentrional, após a emancipação dos seus escravos. Muitas vezes as condições desses países e ilhas - e neste caso se incluíam sobretudo as colônias inglesas, francesas e espanholas - diferiam sensivelmente das condições brasileiras, e neles o problema do trabalho se complicava com outros de natureza política e social, desconhecidos ou atenuados entre nós. Os distúrbios e transtornos, que ali sucederam à libertação dos escravos, não podiam ser imputados ao ato da libertação em si mesmo, pois derivavam antes de todo um conjunto específico de complicações.

Sendo que a maior parte dessas complicações decorria logicamente dos velhos e novos erros cometidos pelos grandes proprietários e pelas autoridades governamentais. Fosse como fosse, a regra geral, admitida pelos observadores mais competentes, aparecia nos índices favoráveis da produção e da riqueza, que se seguiam às primeiras dificuldades, concorrendo para isso, como fator primordial, a readaptação dos escravos libertos às novas condições de trabalho.

Nos Estados Unidos, ou melhor nas suas regiões meridionais, onde perduravam os ódios exacerbados pela guerra civil, viu-se a raça libertada sujeita a tenaz perseguição, que acarretou a emigração em massa de milhões de negros para os Estados do Norte. Nos lugares, porém onde puderam trabalhar em paz, como homens livres, os antigos escravos não se mostravam menos aptos ou menos produtivos do que os trabalhadores de qualquer outra raça ou procedência. Cita-se, no parecer, a este respeito, a opinião exarada pelo comissário do governo americano, general Samuel Thomas, em 1865: "Não há, em parte nenhuma, um corpo de cidadãos mais enérgico e industrial".

As condições de trabalho é que, em verdade, explicavam tudo, evidenciando por toda a parte, e em suas mais variadas feições, a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo. E o trabalhador negro liberto revelava-se tão bom, tão capaz, tão produtivo quanto o trabalhador livre, desde que o colocassem nas mesmas condições de trabalho deste último. Sua inferioridade, quando escravo, não provinha dele próprio, de tais ou quais estigmas de ordem biológica ou racial, mas sim da sua condição de escravo.

As transformações das condições do trabalho - eis, pois, bem compreensível, a base ou o ponto de partida para a reforma projetada. Certamente, a transição para o regime de trabalho livre se operaria em qualquer caso com mais ou menos dificuldades; porém, a gradação destas dificuldades seria sem dúvida alguma determinada pelas medidas que em tempo útil se tomassem - ou não se tomassem - no sentido de favorecer o mais adequadamente possível aquela transformação. Esse, e não outro, o objetivo do governo Souza Dantas, quando apresentou o projeto de 15 de julho, que Ruí Barbosa justificou e defendeu com admirável clarividência e energia, sem sair dos limites do bom senso, da prudência e da moderação; sem nenhum apelo a "fantasias radicais", como ele próprio diria no texto do parecer, e era pura verdade.

Os escravistas não compreendiam as coisas assim. Seus olhos nada mais enxergavam, neste assunto, além dos interesses privados do seu grupo, e daí a oposição cega e feroz que ofereceram ao projeto, estrangulando-o no nascedouro e por fim derrubando o gabinete Sousa Dantas. Rui, como não lhe podiam tirar mais, tiraram a cadeira de deputado.

O voto em separado de Souza Carvalho apresenta-nos uma súmula muito significativa da cegueira e da ferocidade com que a oposição escravista combateu o projeto. Sua publicação junto ao parecer de Rui Barbosa, permitindo cotejo imediato, ajuda-nos a medir até que ponto pode levar a paixão política insuflada por interesses contrariados. A acreditar no tremebundo defensor do regime da escravidão, o projeto, se convertido em lei, viria inevitavelmente "perturbar o trabalho", "estremecer a ordem pública", "ferir o interesse nacional", "abater e arruinar as classes abastadas e ordeiras do país", pois o que tinha em vista era a "espoliação violenta e desonesta de grande número de cidadãos, especialmente da classe mais ordeira, mais útil e, para bem dizer, a única de brasileiros abastados: os agricultores". Seria, "além de injustiça, uma violência, uma desonestidade, uma covardia" pretender responsabilizar os pobres senhores de escravos pela existência da escravidão... É pelo menos muito curioso verificar que estes senhores de escravos, grandes proprietários e fazendeiros, se consideravam a si mesmos como sendo os elementos mais importantes das chamadas "classes laboriosas" do país, das quais, excluía, naturalmente, a massa de trabalhadores escravos.

Para Souza Carvalho, o projeto de 15 de julho, que a nós nos parece hoje tão prudente e moderado, estava todo ele inçado de "disposições comunistas". E comunistas eram os seus defensores. Nada menos. Comunista Souza Dantas. Comunista Rui Barbosa. Mas a tremenda acusação não ficava limitada ao debate teórico dos princípios contidos no projeto. Souza Carvalho denunciava abertamente o governo como cúmplice nas "manifestações subversivas", que então se efetuavam no Rio de Janeiro. Lá está escrito, no seu voto, textualmente, que o projeto não passava de... "pretexto para agitação, revolução e subversão social, aproveitado por anarquistas"...; que o gabinete só pensava em "lisonjear os anarquistas e e gritadores das ruas" e, por isso, favorecia as "passeatas incendiárias e demonstrações estrondosas"... Mais ainda: permitia-se que certa "associação comunista" promovesse "ruidosa agitação contra uma propriedade legal, em edifícios públicos, no seio de uma escola de ensino superior"... Ora, aquelas "manifestações subversivas" eram apenas as manifestações organizadas pela Confederação Abolicionista, em cuja direção figuravam, entre outros, André Rebouças, Bittencourt Sampaio, Aristides Lobo, José do Patrocínio, José Antônio dos Santos, João Clapp, etc. Quanto à "ruidosa agitação" realizada no edifício de uma escola superior, por uma "associação comunista", outra coisa não foi senão uma festa promovida pelo Centro Abolicionista da Escola Politécnica, do qual faziam parte alguns professores que se chamavam André Rebouças, Ennes de Souza, Paulo de Frontin, Getúlio das Neves, Benjamin Constant...

Os proprietários de escravos, sentindo a ameaça que pairava sobre os seus interesses, não recuavam diante de nenhum excesso, desde que isso lhes desse ganho de causa. Diziam, no entanto, que não lutavam unicamente em defesa de interesses imediatos. Lutavam também por um princípio - o princípio de propriedade. O projeto Dantas pretendia decretar a emancipação apenas dos escravos sexagenários, e esse era na verdade um objetivo bastante modesto; mas, a questão - a grande questão - é que ousava propor a emancipação sem indenização: eis aí negado, deliberadamente, o princípio de propriedade. Num dos muitos artigos que publicou na imprensa, em defesa do projeto, Rui Barbosa sumariava assim a argumentação dos adversários: "O projeto de 15 de julho é combatido pela opinião conservadora na imprensa e no parlamento como latrocínio aos possuidores de escravos. A tentativa do ministério 6 de junho é uma tentativa de roubo contra os donos de uma propriedade tão legítima quanto qualquer dos gêneros de propriedade, cujo respeito a legislação constitucional e civil do país nos afiança. Esbulhar o senhor dos cativos sexagenários seria um atentado tão odioso como o de esbulhar o capitalista das suas apólices, o trabalhador do seu salário, o proprietário urbano de seus prédios, o agrícola dos seus campos, o criador do seu gado. A lei não tem autoridade para alforriar, ainda mesmo os velhos e os inválidos, senão pagando. E para dar a este princípio uma expressão superior a interpretações divergentes, para pôr em alto relevo que não se tratava, por parte dos senhores, de um interesse, mas de um verdadeiro princípio, não faltou quem sugerisse ao governo, como terreno de conciliação, um acordo que assegurasse aos proprietários qualquer remuneração ligeira, mínima, imponderável no orçamento, mas que, pelo seu simples caráter de indenização, reconhecesse, sancionasse, legalizasse a propriedade servil.

Forçoso é reconhecer que esta reivindicação transacional, proposta sob a fórmula de uma indenização meramente simbólica, emprestava aos opositores do projeto uma certa aparência de convicção desinteressada, e contribuía mesmo, de certa maneira, ao reforço da posição em que se colocavam. Que o projeto negava o direito de propriedade sobre os escravos, não podia haver nenhuma dúvida, e Rui era o primeiro a afirmá-lo, não só no seu parecer como ainda nos seus artigos de jornal. Reafirmá-lo-ia, anos mais tarde como um título de glória para o ministério de 6 de junho. Assim, em 1886, no discurso pronunciado por ocasião da morte do segundo José Bonifácio:

"Com o ministério de 6 de junho amanhece no governo a idade abolicionista. Até esse tempo o abolicionismo lavrava na consciência pública; mas a propriedade servil prelevava com poderio absoluto, acautelada no mundo oficial. O senador Dantas quebrou esse encanto formidável, negando,

no projeto de 15 de julho, a propriedade-escravidão. A libertação incompensada dos escravos sexagenários era em germe a emancipação gratuita de todos os escravos".

Assim também, em 1888, já depois do 13 de maio, num festival em honra do senador Dantas: "O que imprimia caráter radical ao próprio Dantas, entre todos os outros tentamens de transação, está em ser ele o único onde, proscrevendo-se a indenização, se firmava na maior transparência, com o princípio da liberdade gratuita, a negação da propriedade servil. A escravidão compreendeu-o; viu nesse ensaio libertador a célula da abolição incondicional; e, percebendo que jogava a sua sorte, envidou assomos inauditos, no delírio de um desespero descomunal, para subverter a audácia dessa iniciativa numa catástrofe exemplar."

Páginas inteiras do parecer são consagradas ao debate da questão: a propriedade sobre o escravo é uma verdadeira propriedade? de que natureza? em que limites? Todos os elementos históricos, jurídicos, políticos e morais, que estas perguntas envolviam, são aí submetidas a uma análise que se pode considerar definitiva. Também a malévola imputação de "comunismo" e "socialismo" - que os escravistas contra o projeto, porque este, diziam eles, pretendia "violiar" o princípio de propriedade - Rui examina de frente, sem subterfúgios nem reticências, pondo a coisa nos seus devidos termos. É claro que um comunista ou um socialista não poderia concordar, então e ainda menos hoje, com algumas das motivações de ordem teórica, por ele apresentadas. Mas isto, creio eu, vem a ser mais um argumento a seu favor e a favor da natureza, da inspiração e das intenções do projeto.

Na série de artigos que publicou durante os primeiros meses de 1885, em defesa do ministério, voltaria Rui a sustentar seus pontos de vista, investindo com redobrado vigor contra as posições inimigas. Como é fácil imaginar, a questão da propriedade servil aparecia no centro de toda a polêmica. As palavras seguintes, com que ele concluía um de tais artigos, fornecem-nos, a meu ver, a melhor definição da verdadeira essência política do problema em debate:

"Confessemos, pois, que já é mais lícito falar sem ridículo nesse 'direito inviolável e sagrado' do proprietário servil, e estabeleçamos a questão no único terreno sensato: o dos interesses morais e econômicos do país, o da sua reputação, o da educação do seu caráter, o das conveniências da sua prosperidade".

Os escravistas, naturalmente, não compreendiam nada. Não querem compreender; não podiam compreender. O interesse ferido tapava-

lhes o entendimento. Rui, instruído pela experiência histórica universal, conhecia muito bem o que havia no fundo da incompreensão escravista. Por isso mesma, não se deixava embalar por nenhuma quimérica ilusão: sabia que era humanamente impossível evitar a cega intransigência do adversário. Mas, daí a sua própria intransigência, pois não podia haver transigência na pugna entre o ódio e a esperança: "O princípio da indenização ficava repudiado para sempre, e rotos com ele os famosos títulos de senhorio da raça branca sobre a negra. Essa intuição iluminou em um relâmpago o futuro e travou a pugna entre o ódio e a esperança".

\*

Em boa e lídima verdade, a pugna entre o ódio e a esperança era apenas a expressão, em termos altos de eloquência, de outra espécie de pugna, que se tratava no chão duro e rasteiro da economia. Por motivos diversos, mas convergentes, que os estudiosos da nossa história bem conhecem, a seguinte situação se desenhou, em dado momento da economia brasileira: a escravidão, sobre a qual descansara até ali todo o nosso sistema de produção já não bastava para sustentar o ritmo de desenvolvimento dessa produção. Sem necessidade de entrar em pormenores, podemos apontar alguns dados mais característicos.

Convém lembrar, desde logo, que não se tratava só da insuficiência numérica de braços escravos. O sistema de trabalho baseado no braço escravo é que não bastava mais para atender às novas condições de produção que o próprio desenvolvimento da economia nacional vinha exigindo, de ano para ano. Indicações concretas a esse respeito se encontram em mais de um depoimento contemporâneo. Eis, por exemplo, um quadro exato da situação, delineado pelo insuspeito senador Cruz Machado, em 1874:

"Não creio que haja por ora nas propriedades agrícolas em atividade falta de braços para o trabalho; o que nelas subsiste é a deficiência de organização regular e considerável desperdício de tempo e capitais. O total da produção destes estabelecimentos está aquém da força empregada; e enquanto não fornecerem os agentes do trabalho todos os recursos, de que são suscetíveis, há manifesta desequilíbrio, que se agravaria cada vez mais à medida que fossem os trabalhadores mais numerosos".

Cruz Machado se referia especialmente à situação da lavoura baiana; mas a mesma coisa se passava por toda a parte, com mais ou menos acuidade, quer em relação à lavoura da cana de açúcar, predominante nas

províncias do nordeste, quer em relação à lavoura do café, nas províncias do centro-sul.

Assim também melhor podemos explicar o fenômeno que se verificou aqui no centro-sul, de deslocamento do café de uma zona para outra. Na realidade, o café fugia das terras cansadas do vale do Paraíba, em busca das terras novas e melhores do oeste paulista, não só por serem aquelas cansadas e estas novas e melhores; o café buscava igualmente novos e melhores métodos de trabalho, necessários à sua expansão. É certo que junto com o café se deslocava também grande massa de escravos, a ponto de Nabuco poder afirmar, ainda em 1883, que a escravidão "florescia" apenas na província de São Paulo; não menos certo, porém, é que surgiam ali fazendeiros menos apegados à rotina, homens novos, de mentalidade já moldada ao influxo dos modernos processo de cultura. Estes fazendeiros, pela primeira vez no Brasil, empregaram arados nas suas plantações de café, conforme revelou João Pedro Carvalho de Albuquerque em relatório apresentado ao governo imperial que o incumbira de proceder a um inquérito sobre a situação dos colonos europeus estabelecidos na lavoura paulista. O relatório está datado de 1870 e nele se lê o seguinte:

"Parece fora de dúvida que uma das causas de não ser próspera a lavoura é ainda o uso do antigo sistema de plantação; tanto que nos municípios em que já se trabalha com as máquinas e instrumentos agrícolas tem-se colhido inúmeras vantagens; por exemplo, em Limeira, onde existem cerca de 40 máquinas movidas a vapor e um sem número de outras, que se movem por meio de água, e onde é comezinho o trabalho aratório na grande e pequena lavoura".

Por motivos idênticos, colocavam-se os fazendeiros progressistas de São Paulo à cabeça do movimento colonizador. No referido relatório se registra o fato de se haverem fundado ali, de 1852 a 1857, mais de 40 colônias com cerca de 4.450 indivíduos, entre os quais 500 brasileiros constituindo 89 famílias. Bem se compreende que enquanto durasse a escravidão no Brasil não era possível atrair a imigração em massa de colonos europeus e as cifras o demonstram plenamente com o salto formidável que deram às vésperas do 13 de maio de 1888. Mas o essencial era começar.

O economista inglês Knowles, citado por J. F. Normano em seu livro **Evolução econômica do Brasil**, via na construção de estradas de ferro um fator decisivo para a abolição do trabalho servil. Mas a construção de estradas de ferro constitui sabidamente um dos índices mais seguros de desenvolvimento econômico de qualquer país. A regra não podia falhar no Brasil e, de fato, não falhou, como se pode facilmente verificar, à vista dos algarismos: 1854, inauguração do primeiro trecho de Mauá; 1858, inauguração do primeiro trecho

da "Pedro II"; 1864, inauguração do primeiro plano inclinado no Cubatão. Em 1867, possuíamos seis ferrovias em tráfego, com cerca de 700 quilômetros; em 1875, 22 estradas, com 1660 quilômetros em tráfego, 1300 quilômetros em construção e mais de 6.000 em estudos; em 1880 já se contavam 3.397 quilômetros em pleno funcionamento. Paralelamente às estradas de ferro, desenvolviam-se outros meios de transporte: rodovias, rios navegáveis, canais, aparelhamento de portos marítimos, etc. Comparem-se estes dados com os marcos cronológicos da luta contra a escravidão: a primeira ferrovia depois da extinção do tráfico negreiro; o impulso tomado pelas construções a partir da lei do ventre livre; os 3.400 quilômetros existentes na ocasião em que Joaquim Nabuco aparecia na Câmara dos Deputados. Tais coincidências não são obra do acaso.

Calógeras resumiu, com justo senso interpretativo, o fato dessa espécie de interdependência ou nexos histórico entre a construção das vias férreas, o movimento imigratório e a campanha abolicionista. Em muito poucas palavras ele disse tudo:

"As vias férreas somavam 513 quilômetros em 1866, 932 em 1872 e 3.397 em 1880. Crescia a imigração, e já se sentia que a mão de obra branca provaria a solução do problema servil".

Considerem-se ainda certos outros fatores de ordem externa. As comunicações do Brasil com o mundo se ampliavam e se intensificavam. O desenvolvimento da técnica, que tamanho impulso tomava então na Europa e na América do Norte, não podia deixar de por sua vez refletir-se beneficentemente sobre o desenvolvimento da economia brasileira. Os arados empregados na lavoura paulista eram na sua maioria de procedência norte-americana. Tornava-se evidente, por outro lado, que os produtos brasileiros seriam varridos do mercado mundial a menos que se cuidasse de melhorar tecnicamente os nossos métodos de produção. Rui transcreve, no parecer, as observações feitas a propósito por um economista inglês, segundo o qual o Brasil, mantendo o regime de trabalho escravo, caro e pouco rendoso, não mais poderia competir com os países similares da América, já libertos da escravidão.

Tudo isso - fatores internos e externos que se entrelaçavam e cada vez mais ampliavam o seu raio de influência sobre as condições econômicas do país - ia criando um ambiente novo, em que as forças produtivas nacionais se viam compelidas a buscar novas formas e novos processos de trabalho, sob pena de desaparecimento. A escravidão, que teria representado um recurso inelutável, nas condições em que foi estabelecida a economia colonial, se converte a já num empecilho ao desenvolvimento ulterior daquelas forças produtivas. Um fazendeiro progressista da Bahia afirmava, em 1870, que o

trabalho servil contrariava o "progresso da sociedade". E Sílvio Romero, em escrito datado de apenas alguns dias depois do 13 de maio de 88, dizia que tínhamos sido impelidos à libertação dos escravos, "além dos motivos morais, pelo fato do escravo começar já então a ser um trambolho, uma desvantagem diante do trabalho livre".

Tal, em verdade, a base concreta sobre a qual se desenrolava a pugna entre o ódio escravista e a esperança abolicionista, a que Rui Barbosa aludia no seu discurso. Mas, nesse mesmo discurso, referindo-se aos interesses que se obstinavam em manter ou prolongar o regime de escravidão, o orador, com inteira percepção dos fatores objetivos da campanha, chamava-os muito justamente de "interesses decrépitos".

Tampouco lhe escapava à percepção o fato de que interesses decrépitos produzem mentalidades decrépitas, e que a decrepitude tenta sempre impedir o avanço dos acontecimentos em disparada. Foi assim com a abolição: a decrepitude obstinada tentando barrar o caminho e os acontecimentos avançando em marcha dia a dia mais impetuosa. O projeto de 15 de julho não passou. O ministério Dantas caiu. Outros ministérios subiram, levados ao poder por mãos decrépitas metidas em luvas de transação. Mas tudo inútil. O 13 de maio acabou chegando, e chegando mais depressa do que esperavam mesmo alguns que o desejavam.

("Correio da Manhã", 9 e 16 de abril de 1944).

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (58)

### A FILHA DO BARÃO

Célia Siqueira FARJALLAT

O solar do Barão, ou melhor, o prédio central da PUCCAMP, à rua Marechal Deodoro, é movimentadíssimo. O que muita gente não sabe é que, há seis ou sete décadas atrás, ali funcionou o convento das Missionárias de Jesus Crucificado. Antes ainda, ali residiram um titular do Império, o Barão de Itapura e sua família.

O palacete Itapura foi construído no período de 1880-1883, em grande área de terreno, abrangendo gleba da rua do Imperador (atual Marechal Deodoro) até o Canal do Saneamento. Pela solidez da construção, beleza arquitetônica e luxo requintado, era um dos mais importantes do Estado. A construção é do engenheiro Luiz Pucci. Festivamente inaugurado 1883, possuía rez-do-chão, primeiro e segundo andares e, no alto, um belo mirante. Imponentes são suas colunas e os soberbos leões de cantaria da entrada. Heráldicas, suas palmeiras imperiais.

Além das dependências principais, o edifício possuía outras, secundárias, antigas cocheiras. Pomar e jardim eram de trato primoroso. Mármore, mosaicos, madeiras de lei, salões ricamente decorados, vestibulos enormes, quartos amplos fizeram deste solar a moldura de respeitável família. Nego-me a comentar o estado atual do prédio. Basta percorrê-lo e tirar suas conclusões.

O dono do solar, Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura, era homem de espírito progressista, aberto às novas idéias. Generoso, fazia constantes doações e a Santa Casa de Misericórdia nunca foi esquecida por ele. Era casado com sua prima, dona Libânia, e o casal teve cinco filhos e adotou uma menina.

Narra Benedito Otávio que o Barão era dotado de coração magnânimo, tendo dado educação e instrução a muitos jovens que se tornaram cidadãos notáveis. Refere-se, ainda, à grandeza de coração de toda a família, em especial da filha Isolete, que cuidava pessoalmente daqueles órfãos abandonados.

Possuíam os Barões de Itapura numerosa escravaria, e segundo pesquisas da bibliotecária Maria Luiza Pinto de Moura, mesmo após a abolição, os negros não quiseram deixar a casa. Aliás, era hábito dele alforriar alguns escravos quando se festejava o aniversário da senhora Baronesa. O bom fidalgo faleceu aos 93 anos de idade, em um "Dia de Reis", 6 de janeiro de 1902. O padre Manoel Ribas d'Ávila assinou o atestado de óbito da paróquia de Santa Cruz. A viúva, também campineira, era irmã do Marquês de Três Rios, e viveu ainda até 1921. Em seu atestado de óbito, assinado pelo vigário cônego Samuel Fragoso, está revelada sua idade: 91 anos!

E a filha? Era a única menina da irmandade e jamais quis se casar. Era, segundo as crônicas, alta, de coração boníssimo, sendo considerada a mãe adotiva de 19 órfãos, que educou carinhosamente no próprio solar. Estudou no Colégio Florence, completou sua educação com preceptoras particulares, como era hábito naqueles tempos. Adorava música, sendo boa pianista. Chegou a organizar em casa uma pequena orquestra só de moças. Gostava de ler, deitada na rede, e sua biblioteca, lindamente encadernada, perdeu-se por empréstimos. Seria hoje interessante saber-se que tipo de leitura preferia.

Boa doceria sempre foi. Costumava ver o ponto das tachadas de goiabada e marmelada, que as cozinheiras preparavam. Batia bolos, fazia fios-de-ovos e docinhos apreciadíssimos. Era, enfim, uma graciosa e inteligente moça, saudável e benquista. Mas não era bonita, isso não. E, embora tivesse tido bons e ricos pretendentes, não quis se casar. Alguma paixão contrariada? Nunca se soube. E Iaiá morreu solteira. A morte dos pais transformou-lhe os hábitos. Fez-se ainda mais caseira. A responsabilidade do solar opulento e das demais propriedades pesava-lhe nos ombros.

Recordo-me dela, vagamente. Do grande terraço dos fundos da casa de meus avós maternos, Coronel Manoel de Moraes/ Gertrudes de Souza Morais, eu via, ao longe, o vulto de dona Isolete no terraço do solar. Ela acenava para minha avó e logo desaparecia. Perguntei quem era. "É dona Isolete Aranha, a filha dos Barões de Itapura". Aquele vulto me fascinava. Tão distante e tão próximo! "Vó Tudinha, eu queria conhecer de perto o solar e sua

dona". "Qualquer dia vamos lá, Celinha. Qualquer dia..." Esse dia nunca chegou. Mas, ainda hoje quando passo por ali, penso em Iaiá Aranha, em seu coração magnânimo, no desconhecido romance de sua vida...

(Correio Popular, 15-2-1997)

(N. da R.: Em memória de Dona Isolete, evocada nesta crônica pela Profª Celia S. Farjallat, foi dado o seu nome - rua Isolete Augusta de Souza Aranha - a uma via pública localizada em terrenos de sua propriedade, bem atrás do antigo solar).

## TEXTOS

(Sugestões para seminários)

### DECADÊNCIA DAS CAPITANIAS MINEIRAS (João Manoel de Sequeira)

Sendo as Capitanias de Minas no Brasil o principal nervo do comércio das capitanias de beira-mar, e ainda mesmo um dos fulcros do Estado, pelo precioso e primário metal que se extrai das entranhas da terra são, contudo, estas capitanias centrais mais infelizes que as outras.

As capitanias de beira-mar com as suas importações e exportações florescem, e as de minas que só exportam o ouro, se vêm hoje em dia em grandíssima decadência porque este tirado uma vez e removido para a beira-mar nada fica senão alguns escravos e fazendas que nelas se consomem.

E quem não vê que donde se tira e se não põe necessariamente há de faltar? Esta pois é a principal causa da decadência das Minas e da penúria em que vivem os seus habitantes.

O comerciante que uma vez perde nas suas mercadorias, fica-lhe a esperança de ganhar em outra carregaço; o lavrador cujo fruto deu em baixeza, guarda e conserva os víveres até que tenham melhor preço; o fazendeiro de gado, ainda que por anos não alcance melhor preços dos bois e da carne, contudo consola-se em conservar a sua casa farta; porém o mísero mineiro posto em um exercício, que jamais tem princípio algum certo e em procura do que não perdeu, é o homem das esperanças ou o pródigo do seu e do alheio e que se não acha o que espera perde-se a si, perde ao lavrador, perde ao comerciante e com este receio há mui poucos mineiros.

A capitania de Minas Gerais tem dado algumas providências mandando carregações de queijos, toucinhos, carnes salgadas de porco e tabaco em rolo para o Rio de Janeiro; porém, que comércio pode este ser que equipare a grandíssima despesa de ferro, aço, escravos que se precisam para

as minas? A caitania de Goiás muito pouco exporta em efeito de açúcar e toucinhos para a capitania do Pará, e a capitania de Mato Grosso, que é a menor das duas, nada exporta, sendo a proporção a mais abundante de todas. Disse mais abundante por conter mais ouro em si, e o seu terreno por participar de estações regulares, espontaneamente produz muito milho, muito feijão, arroz, açúcar e muito gado. Os rios são abundatíssimos de peixe e contudo é pobríssima a capitania por falta de indústrias para a mineração, indústria para o comércio, indústria para facilitar a lavoura.

(...) Estão as minas cansadas: os seus jornais já não cobrem as despesas de ferro, aço, alimento e vestuário dos escravos e por isso o mineiro já desesperado se passa a lavrador ou criador ou erige um engenho de aguardente e açúcar, porém onde se poderá dispor e qual o equivalente para formar a troca que se chama compra e venda? E por que se não procura inventar novas minas? Por que se não examinam campanhas incultas e ainda aquelas em que se não acham formação? (...) Demos de caso que se não acha ouro. Não se descobrirão prata, cobre, estanho, chumbo e ferro? Não se acharão diamantes, rubis, safiras, topázios, crisólitas, esmeraldas e outros mais minerais que assaz podem servir para o uso de muitas fábricas e da farmácia?

(Sequeira, João Manoel de - **Memória sobre a decadência das três capitanias de minas e os meios de a reparar.** "Anais do Museu Histórico Nacional", vol. XX: 85-88. Rio de Janeiro, 1968).

\*

## FESTA DE CASAMENTO NUMA CORTE SENHORIAL DA FRANÇA MERIDIONAL NO SÉCULO XIII (Anônimo)

Depois de terem comido, lavaram as mãos uma segunda vez, mas cada um ficou no seu lugar, e beberam o vinho; é assim o uso. Depois retiraram as toalhas e trouxeram para diante de cada um belas almofadas com grandes leques; cada conviva recebeu o seu e pôde acomodar-se à sua vontade. Em seguida levantaram-se os jograis, todos à uma querendo fazer-se ouvir. Então

tereis ouvido vibrar as cordas dos instrumentos... Quem quer que sabia um novo ar de viola, uma canção, um "lai", faria o possível para passar à frente dos outros. Um tocou o "lai" da madressilva, outro o do Tintagel; um cantou o "lai" dos perfeitos amantes, outro cantou aquele composto por Ivain. Um toca a harpa, outro a viola; um a flauta, outro o píforo; um a jiga, outro a rota; um diz as palavras, outro acompanha-as; um toca a cornamusa, outro o "frestel"; um a gaita de foles, outro a charamela; um a bandurra, outro afina o saltério com punhais; um arrasta-se pelo chão, outro cabriola; um outro dançou com a sua taça (na mão, cheia de vinho); um passou através dum arco, outro salta; nenhum deixa de exercer o seu ofício.

Aqueles que desejam ouvir narrativas de reis, de marqueses ou de condes, puderam escutar quantas quiseram... Pois um contou de Príamo, outro de Píramo; um contou da bela Helena, de como Paris a raptou e a seduziu; outros contaram de Ulisses, de Heitor e de Aquiles; outros de Enéias e de Dido, e como, por causa dele, esta ficou doente e infeliz; de Lavínia, que fez atirar uma carta atada a um ladrilho pela sentinela da mais alta torre... Cada um disse o que tinha de melhor. O rumor dos tocadores de viola, o ruído de tantos narradores, faziam um grande murmúrio na sala. O rei disse a toda a assembléia: "Vós, senhores cavalheiros, quando os escudeiros tiverem comido, mandai arrear os vossos cavalos, e todos iremos justar. Mas, enquanto esperamos, quero que, sem tardar, a rainha comece uma dança por cortesia com Flamenca, minha doce amiga. Eu próprio tomarei parte na dança. Levantai-vos todos, que esses jograis se acomodem ao lado, por entre as mesas". Imediatamente se tomaram pelas mãos, damas, cavaleiros e donzelas, entre as quais algumas muito belas. Jamais na Bretanha ou em França se organizara tão esplêndido baile. Duzentos jograis, bons tocadores de viola, tinham combinado entre si, de maneira a ficarem dois a dois, à parte, nos bancos, e tocaram a dança sem uma nota falsa.

(Anônimo, **Romance de Flamenca**. Apud Gustavo de Freitas, **900 Textos e Documentos de História**, vol. I, p. 220. Lisboa, Plátano Editora, 1977).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

### BARBOSA LIMA SOBRINHO (1897)

A nota de abertura do presente número, modesta homenagem de nossa publicação a Barbosa Lima Sobrinho a propósito de seu centenário, transcorrido a 22 de janeiro, já caracterizou, por assim dizer, o "vulto da historiografia brasileira" com que habitualmente ilustramos este periódico. Nela fizemos referência às obras mais importantes do ensaísta, político e historiador na seara das letras históricas. Seria praticamente desnecessária esta seção. Utilizamos-la, contudo, não apenas para o cumprimento de uma praxe de nossa publicação, e que vimos seguindo desde o número inicial, em março de 1969, mas - especialmente - para complementar a nota de abertura com alguns traços biográficos e a relação, provavelmente não completa, de sua bibliografia. Para esta, orientamo-nos pela **Enciclopédia da Literatura Brasileira**, publicação da Oficina Literária Afrânio Coutinho.

Natural do Recife, onde nasceu a 22 de janeiro de 1897, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho diplomou-se pela Faculdade de Direito de sua cidade natal, onde advogou e iniciou-se nas lides jornalísticas. Transferiu-se em 1924 para o Rio de Janeiro, onde ainda vive, com intensa participação na vida da cidade e do país, não só pelos livros que publicou, como pela participação e direção de numerosas entidades culturais. Entre outras, a Associação Brasileira de Imprensa, da qual ainda é presidente, e a Academia Brasileira de Letras, para a qual ingressou em 1937. Representou seu Estado na Câmara Federal em diversas legislaturas e foi seu governador de 1948 a 1951.

#### **Bibliografia de Barbosa Lima Sobrinho**

**Árvore do bem e do mal: ensaios** (1926)

**Pernambuco e o Rio São Francisco** (1929)

**A Bahia e o Rio São Francisco** (1931)

**A ação da Imprensa na Primeira Constituinte** (1934)

**A verdade sobre a Revolução de Outubro** (1934)

**O vendedor de discursos: ensaios** (1935)

**O centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas** (1936)

**Recepção na Academia Brasileira de Letras** (1938)

**Recepção a Carneiro Leão na Academia Brasileira de Letras** (1946)

**O devassamento do Piauí.** Editora Nacional, São Paulo, 1949. Coleção "Brasiliana", v. 244.

**A Revolução Praieira** (1949)

**A Comarca do Rio São Francisco** (1950)

**A questão ortográfica e os compromissos do Brasil** (1953)

**A língua portuguesa e a unidade do Brasil** (1958)

**Artur Jaceguai** (1955)

**Capistrano de Abreu** (s. d.)

**Os precursores de conto no Brasil: antologia com introdução** (1960)

**Desde quando somos nacionalistas.** Civ. Bras., 1963 (Col. "Cadernos do Povo")

**Alexandre José Barbosa Lima** (1963)

**Presença de Alberto Torres.** (Civ. Bras., 1968)

**Discursos, opúsculos e manifestos,** de Silva Jardim (seleção, prefácio e notas) Niterói, Univ. Fed. Fluminense, 1973.

**Pernambuco, da Independência à Confederação do Equador** (1979)

**Antologia do "Correio Braziliense":** seleção, pref. e notas (1979)

**Relação de uma missão no Rio São Francisco.** de Frei Martinho de Nantes: prefácio. (Col. Brasiliana, v. 368 - 1979)

Nota: de **Presença de Alberto Torres** foi extraída a "seleta" que segue.

## SELETA

### ALBERTO TORRES E OLIVEIRA VIANA

Barbosa LIMA SOBRINHO

Alberto Torres não procurava elogios. Queria compreensão. Seus livros, impressos na Imprensa Nacional, não tinham editor, nem distribuição organizada. Eram, na sua grande maioria, oferecidos pelo próprio autor, com dedicatórias generosas, não raro acompanhadas de cartas, em que explicava o objetivo dos livros e pedia, não louvores, mas a leitura atenta que lhe parecia o maior de todos os prêmios.

Os meios políticos o ignoravam, quando não se riam dele. Consideravam-no como um homem público que se dava ao luxo de ter idéias, de defender doutrinas, de sustentar princípios. Porque a Política exigia uma disponibilidade total, a do homem que se presta a tudo e que defende tudo, no interesse dos grupos a que se filiou.

Dentro dessa realidade da vida política nacional, o verdadeiro político, aquele que cogita do êxito de sua carreira, é o que não tem nenhuma idéia ou que é capaz de sentir sempre o mesmo devotamento pelas idéias dos governantes, por mais que se oponham às idéias que defendera anteriormente no partido a que pertenciam ou a que pertencem todos os políticos brasileiros - ou quase todos: o Partido das cabeças vazias. O partido que sabe que a intransigência do homem público, ou o apego a idéias duradouras, são como parcéis numa navegação perigosa, em que muitas carreiras políticas naufragam para sempre. E Alberto Torres já deixara perceber essa contra-indicação para a vida política. Tanto bastava para que o largassem de vez nos desvios, que ele próprio havia procurado.

O mais importante de seus leitores e comentadores, nessa primeira fase, foi um homem, como ele, nascido na velha província fluminense, um

homem de Saquarema. Chamava-se Francisco José de Oliveira Viana. Dezoito anos mais moço, mas não menos apaixonado pelos temas sociais, como que tocado pelo espetáculo que a crise do café exibia no Rio de Janeiro, abalando-lhe a estrutura social.

Conheceram-se através de artigos de jornal. O primeiro livro de Oliveira Viana só apareceria depois da morte de Alberto Torres, com uma repercussão aliás maior que a dos livros de Alberto Torres. Era o primeiro volume das **Populações meridionais do Brasil**, publicado em 1922. A **Organização Nacional**, de Alberto Torres, surgira quando Oliveira Viana mantinha colaboração regular em "O País". E o fluminense de Saquarema recebia o livro de seu eminente conterrâneo com um artigo que, dado o feitio do comentador, poderia ser tido como entusiástico. Era de 13 de abril de 1914 o artigo intitulado "O Sr. Alberto Torres e os seus Ensaios". Saía pouco depois da publicação do livro de Alberto Torres. E começava recordando que, quando Aluizio Azevedo apareceu, "com a novidade de seus romances naturalistas, gritaram daqui: romancista ao norte! Nós também podemos dizer, com o aparecimento dos recentes ensaios do Sr. Alberto Torres: pensador ao sul! Porque, realmente, estamos diante de um desses belos espíritos, cujas capacidades reflexivas indicam um verdadeiro pensador. Pela segurança, pela severidade, pela amplitude de seu pensamento, ele pode ser classificado, sem favor, nesta categoria de eleitos". Observava ainda que "o sr. Alberto Torres é, entre nós, um dos poucos egressos da política, um dos poucos que, depois de se contaminarem com os miasmas dessa terrível malária sul-americana, não sentiram mais a nostalgia dos paus que a elaboram".

Oliveira Viana aproveitou mais tarde esses artigos de "**O País**" no livro **Problemas de Política Objetiva**, editado pela Companhia Editora Nacional em 1930, em São Paulo. Nesse mesmo livro se incluíam outros artigos que ele havia publicado a respeito de "o problema da revisão", analisando as idéias de Alberto Torres. Todos refundidos e em parte modificados no livro que os reuniu. Todos haviam saído inicialmente nas colunas de "O País". No primeiro deles, Oliveira Viana estudava a figura do pensador fluminense. Não esquecia o comentador um velho desdém pelos "republicanos históricos", entre os quais se colocaria Alberto Torres. Para Oliveira Viana, alguns desses republicanos históricos eram "fatais e platonicamente truculentos, como o Sr. Gomes de Castro; outros românticos e elegíacos, como o Sr. Lauro Sodré; outros ainda solenes e entusiastas, como o Sr. Coelho Lisboa; e ainda outros brilhantes e canoros, como o Sr. Lopes Trovão. Mas apenas isso".

Oliveira Viana invocava Taine para caracterizar, nos "republicanos históricos", uma "metafísica de pedantes, declamada com uma ênfase de

energúmenos". Considerava, porém, Alberto Torres uma exceção, nesse grupo dos "históricos". Causavam-lhe espanto encontrá-lo com idéias tão justas e tão atuais. Para ele, Oliveira Viana, Alberto Torres era o único pensador nacional. Outros podiam ser polígrafos, filósofos, cientistas, historiadores, eruditos e investigadores. Alberto Torres, porém, era pensador. Embora companheiro de Silva Jardim e de Patrocínio, nas lutas do abolicionismo e da propaganda republicana, seu espírito não se esterilizara no culto das grandes frases sonoras e inanes.

Analysava e louvava Oliveira Viana a passagem de Alberto Torres pelo Supremo Tribunal Federal, assinalando a importância que o exercício desse cargo tivera na evolução intelectual de Alberto Torres e no alargamento do seu campo de experiência. Reconhecia Oliveira Viana no autor de **A Organização Nacional**, um "estilo de pensador, pela austeridade, e de artista, pela nobreza e, sobretudo, um gosto literário difícil de encontrar entre os nossos políticos e cientistas que se tornam homens de letras". Mas fazia também um reparo justo: o de certo hermetismo de estilo, "de modo que é preciso lê-lo uma segunda vez para lhe apreender bem as idéias - e só então o seu pensamento nos aparece nas vastas linhas do seu conjunto, nos seus amplos e nobres contornos". O que talvez se devesse menos à obscuridade da exposição do que ao enredo dos períodos, com as suas orações desdobradas em inumeráveis complementos, em meio de uma floresta de vírgulas, de pontos e vírgulas, de dois pontos e de travessões, que tornam difícil seguir a idéia principal, embora não haja nada inútil ou perdido, no travejamento da frase, a que nunca faltam nem compostura, nem dignidade, nem mesmo elegância, embora um pouco solene e severa. Por isso é que Oliveira Viana sentia no estilo de Alberto Torres a qualidade de um "escritor complexo", "em que o pensamento não se destaca, desde logo, nítido e vivo, dentro de sua forma verbal; mas se conserva uma em todo o curso da exposição e se vai desvelando aos poucos, lentamente, como uma mancha, à medida que os períodos prosseguem a sua marcha tranqüila".

Os pontos de aproximação entre as idéias de Alberto Torres e as de Oliveira Viana eram realmente numerosos; as discordâncias escassas e, em geral, resultantes menos de divergências quanto à substância das idéias do que de certo radicalismo e de certa veemência com que Oliveira Viana as considerava. O autor das **Populações Meridionais** não aceitava a intangibilidade da Constituição de 1891 e se incorporava, de coração, à campanha revisionista de Alberto Torres. Mas exagerava no despreço pelos "republicanos históricos", que ele nos descrevia com alguns traços de caricatura, enquanto Alberto Torres não perdia a serenidade e, mesmo discordando do texto da Carta,

continuava a fazer justiça a companheiros, que, como ele, haviam formado seu espírito noutra época e em face de outras realidades ou sob a pressão de outra conjuntura.

Alberto Torres fazia restrições à ortodoxia democrática e à eficácia do sufrágio universal, mas sem condenar de todo essas soluções que deviam ser consideradas, não apenas em face de seus defeitos intrínsecos, como diante dos defeitos intrínsecos das fórmulas apresentadas como sucedâneos ou substituição. Procurava, assim, conciliar o sufrágio universal com algumas aplicações do corporativismo e da representação profissional.

Oliveira Viana, sobretudo depois do advento do fascismo na Itália, deixara-se arrebatar pelas supostas virtudes do corporativismo, até o ponto de estranhar que Alberto Torres ainda admitisse o sufrágio universal no seu projeto de Constituição, "sem grande razão", advertia Oliveira Viana. Mais perto de Le Play do que Alberto Torres, Oliveira Viana não escondia uma espécie de antipatia pessoal contra a Revolução Francesa, de que nunca chegou a perceber o aspecto mundial, na concordância com um movimento de idéias que se fazia sentir por toda a parte, desde o último quartel do século XVIII. Alberto Torres não se mostrava tão refratário, em face da Revolução Francesa, com a qual se entendia muito bem, na justificação e defesa dos direitos individuais, assim como na exaltação da liberdade. Oliveira Viana procurava reduzir a causa da liberdade a um pleito em favor da liberdade civil, como se fosse possível a liberdade civil sem a liberdade política. A História se encarrega de nos demonstrar como a expansão e o fortalecimento da liberdade política veio a preparar o terreno para a liberdade civil. Que valem, por exemplo, a inviolabilidade do lar e os direitos que ela pressupõe, quando não se respeita, ou não existe a liberdade política? Que vale a liberdade individual no Estado totalitário, onde o direito de prender e de castigar se reduz à vontade e ao arbítrio da autoridade? E sem essas duas liberdades, de substância predominantemente política, a liberdade civil é uma irrisão.

Divergências restritas, e que não avultam no quadro geral. Porque Alberto Torres e Oliveira Viana se juntavam de todo na apreciação dos males e dos exageros do estadualismo. Como na defesa de um Poder Coordenador que se colocasse acima dos demais poderes do Estado, para uma função de equilíbrio e de ajustamento de todo o sistema. Como no reconhecimento da importância da hierarquia na construção do Estado. Como na crítica aos males de uma sociedade, a que faltavam a consciência do grupo, os vínculos de unidade, o sentimento dos grandes deveres públicos. Como na observação dos defeitos de uma tendência teorizante, arvorada em orientação política para todo o País. Como na descrição das tendências e realidades políticas do País,

quando a "vegetação da caudilhagem", a que Alberto Torres se reportava, acabava confundida com a influência dos clãs pessoais que Oliveira Viana descrevera magistralmente.

Mas em todos esses aspectos, Oliveira Viana se mostrava mais extremado e mais intransigente. Substituiu o que havia de impessoal e equilibrado em Alberto Torres por uma linguagem veemente e uma tendência sarcástica que não raro concorria para a distorção de seus comentários, evadidos de um sentido caricatural, incompatível com a posição e a autoridade do sociólogo. Havia também, em Oliveira Viana, alguma coisa de desalento e de pessimismo. Não confiava no homem brasileiro. Deixara-se aprisionar pelo preconceito de raças e aceitara, em relação aos mestiços, doutrinas estrangeiras que não passavam, no caso brasileiro, de manifestações teorizantes, como tantas outras que ele profligava. Já Alberto Torres, libertando-se de todos esses preconceitos, manifestava sua confiança do homem brasileiro, confiança no futuro e um otimismo tranqüilo com os seus alicerces firmados na realidade nacional.

Onde, porém, o acordo era completo entre os dois escritores, era na exaltação do nacionalismo, que Alberto Torres pregara e a que Oliveira Viana levava sua adesão entusiástica. "Em frente a nós, do outro lado do oceano", escrevia Oliveira Viana, "e ao lado de nós, ao norte do continente, vivem e crescem povos fortes, expansivos, intrépidos, agressivos e cúpidos, crendo profundamente na própria superioridade e hasteando bandeiras de imperialismo e conquista. Conscientes da nossa incapacidade e atribuindo-se a si mesmos uma alta missão civilizadora, esses povos robustos e varonis, cheios de disciplina, cheios de organização, cheios de dinheiro e de força e com essa pletera de instintos predatórios das raças fortes, estão dispostos a valorizar, pela diplomacia da força, essas riquezas tropicais, inestimáveis aos seus olhos e que nós não sabemos, pela nossa indolência, pelo nosso descaso, pela nossa desorganização geral, utilizar".

E parece que estamos a ler o próprio Alberto Torres quando Oliveira Viana escreve que o que "torna este perigo mais temível para nós é o fato de que nessa luta, a que não podemos fugir, contra essas forças colossais, a nossa nacionalidade se apresenta fragilíssima, inteiramente desaparelhada das garantias mais elementares para uma resistência vitoriosa: sem solidariedade moral, sem coesão nacional, sem organização coletiva, sem uma consciência forte, clara, definida da sua própria situação e dos seus próprios destinos. O nosso instinto de conservação coletiva nos está a sugerir, a avisar, a impor a todos nós, principalmente aos nossos dirigentes, aos nossos estadistas, aos nossos "responsáveis", à sua consciência, à sua sinceridade, à fidelidade do

seu patriotismo, a urgência imperativa de uma atitude nova, no sentido de uma política de preservação e reparo, de prevenção e resguardo de nós mesmos, as nossas riquezas, da nossa integridade, da nossa própria existência nacional".

Esse o programa de coordenação, de construção, de consolidação interna da própria nacionalidade, a que Oliveira Viana soube dar a sua adesão, sem restrições. E, no seu entender, o de que precisava "esta política nacionalista de Torres, tão racional, tão positiva, tão prática, tão patriótica", era tão-somente de "encontrar vozes novas e ardentes, no seio das nossas elites, capazes de lhe dar o que o feito grave do seu autor não lhe pôde dar com vantagem: permeabilidade, difusibilidade, popularidade, em suma. Torres é um escritor lícido, harmonioso, claríssimo; mas como pensador é profundo e severo demais para a familiaridade das nossas maiorias letradas".

Como se vê, havia uma completa identificação entre os dois pensadores, em alguns pontos capitais das teorias que defenderam. A presença de Alberto Torres é a presença dominante na obra de Oliveira Viana. "Presença" e não "influência". O problema da influência é muito complexo e exigiria provas que não prescindiriam das confissões do escritor e de uma análise documental e psicológica minuciosa e precisa. Não somos dos que subestimam a autonomia dos escritores e temos horror à preocupação de procurar subordinação e passividade, onde não costuma haver senão semelhança de aproximação de pensamentos.

Estou entre os que acreditam que Alberto Torres valeu, para Oliveira Viana, pela abnegação, pelo devotamento cívico, pelo idealismo exemplar, como um grande estímulo, o maior estímulo que ele encontrou, para a sua realização como escritor e sociólogo. A presença de Alberto Torres na obra de Oliveira Viana não se limita à aproximação de idéias, de métodos e de preocupações doutrinárias, na observação das realidades brasileiras ou na veemência do sentimento nacional. Sente-se essa presença em **Populações meridionais do Brasil**, nos **Pequenos estudos de psicologia social** e, sobretudo, em **O idealismo na evolução política do Império e da República**, em **O idealismo da Constituição**, em **O ocaso do Império**, para não falar em **Problemas de política objetiva**, em que discute e exalta as idéias de Alberto Torres.

Já nos artigos de "O País", Oliveira Viana classificava Alberto Torres na "geração nova" do Brasil, como uma figura culminante. Citando Nabuco, Tavares Bastos, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Araripe Júnior, e ainda Rui, Veríssimo, João Ribeiro, Oliveira Lima, diz que nenhum deles, como Alberto Torres, "revelou uma visão mais complexiva e mais brasileira da nossa vida íntima do povo; nenhum, como ele, chegou a sínteses tão completas e altas sobre a nossa nacionalidade; nenhum, como ele, consolidou um tão vasto

corpo de conclusões positivas, práticas, experimentais sobre a verdadeira orientação da nossa política e dos nossos governos". Era o reconhecimento de uma liderança que ele mais tarde confessaria a estudantes de Campos que o convidavam, depois da publicação das **Populações meridionais do Brasil** para lhes servir de mentor, num movimento que se denominaria, por isso mesmo, de "vianista". E Oliveira Viana lhes respondia propondo que se adotasse a denominação de "torreano", como homenagem ao verdadeiro inspirador do movimento de coordenação e restauração nacional do Brasil.

O próprio Oliveira Viana nos contaria depois, no prefácio ao livro de Alcides Gentil, **As idéias de Alberto Torres**, as impressões de seu convívio com o mestre de **A Organização nacional**. E escrevia que "nas sessões semanais da sua casa de Copacabana e, depois, das Laranjeiras, os discípulos que sentavam em torno do Mestre não chegavam, penso eu, à metade dos que seguiam Jesus pelas estradas da Galiléia: Gentil, Saboia Lima, Porfirio Neto, Antônio Torres, Carlos Pontes, Mendonça Pinto e eu, o menos freqüente e o mais esquivo de todos e, talvez o que tivesse maiores pontos de dissidência com o pensamento de Torres. Nessas sessões, às segundas-feiras, era Torres, em regra, quem falava; nós ouvíamos, limitando-nos, uma vez ou outra, a aproveitar a oportunidade, aliás rara, que se abria para interferir com um aparte. Torres tinha uma palavra fácil, colorida, vibrante, fluentíssima, de uma fluência quase incontida e incoercível. Falava alto, em tons oratórios, como se estivesse em estado permanente de exaltação. Uma das coisas que mais me impressionavam em Torres, nestas palestras feitas ao modo de discursos, era a facilidade, mais do que isso, a segurança absoluta com que ele, depois de pontilhar a sua exposição com uma série de interrupções, digressões e devaneios incidentes, voltava ao tópico inicial, retomando o fio do raciocínio inconcluído, para continuar o seu pensamento, expondo-o com lucidez perfeita e ardente, exatamente como sempre."

"Do seu convívio", acrescentava Oliveira Viana, "eu não recebi apenas a impressão de uma das mais poderosas e surpreendentes organizações intelectuais de nossa raça; mas, principalmente, a impressão de uma das mais nobres consciências cívicas que tenho até agora conhecido. Ninguém poderá imaginar, a não ser nós, que vivíamos dentro de sua afeição, e recebíamos as suas confidências, ninguém poderá imaginar o que havia de sinceridade, de devoção, de abnegação, de patriotismo exaltado e puro nesse tipo de perfeito cidadão que era Torres. Este homem, dotado de uma sensibilidade quase mística, fez-se uma espécie de caixa de ressonância de todas as agonias e tristezas de sua pátria. A golpe vibrado contra as leis, o direito, os interesses nacionais pelos políticos desalmados que governavam (ou desgovernavam)

o País, eu o via sofrer não apenas moralmente, agitar-se, exaltar-se, indignar-se, ou cair em estado de desânimo irritado, que lhe ia abalando, aos poucos, a saúde e acabou arrebatando-lhe a vida. Ah! como os políticos fizeram sofrer a Torres! Que testemunho posso eu dar de como esses tremendos egoístas o fizeram consumir-se lentamente!"

**(Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento, pp. 458-468. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. (Col. "Retratos do Brasil", v. 62).**

## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 307. TESTEMUNHO DO ISOLAMENTO PAULISTA

Em fins do século XVII, precisamente em 1696, passou pelo litoral de São Paulo, ancorando em Santos e em São Vicente, o navio do Senhor De Gennes, em viagem de circunavegação. Com ele, vinha o Senhor De Froger, que, dois anos depois publicaria em França o relato dessa expedição, um dos mais raros títulos da vasta literatura de viagens de interesse para o nosso país. Nem Froger, nem o comandante de seu navio vieram a São Paulo. Ficaram no litoral. Mas o cronista informou que, no alto das grandes montanhas que dali se avistavam, ou seja a escharpa da Serra do Mar, havia um burgo inteiramente isolado do resto do mundo, que mais parecia com covil dos bandidos de todas as nações, vivendo sem lei nem rei, não permitindo que pessoa alguma lá chegasse. Conceito um tanto contraditório, pois se não se permitia que lá alguém chegasse, como pôde tornar-se um agrupamento de gente de todas as nações?

Onde teria o navegador francês ouvido isso? Quem lhe teria informado tal absurdo? É a fama que corria por todo o litoral sobre os paulistas, em grande parte divulgada pelos cronistas jesuítas, os quais, com boas razões, não podiam mesmo gostar dos paulistas. Não nos esqueçamos de que a gente de São Paulo, durante cerca de meio século, não fez outra coisa senão procurar

destruir as reduções jesuíticas do Sul do Brasil, a fim de escravizar os indígenas ali aldeados.

Mas o depoimento do viajante francês vale como testemunho do isolamento em que São Paulo viveu durante quase todo o longo período colonial, resultante de condições geográficas bem conhecidas, criando, para a nossa terra, uma configuração sócio-econômica toda especial dentro da comunidade brasileira.

Todos quantos têm estudado mais profundamente a história paulista ressaltam algumas características que marcaram a fisionomia de São Paulo nos tempos coloniais, contrastando-a com a de outras regiões do Brasil: a pequena propriedade, a agricultura de subsistência, a policultura, as atividades vinculadas ao apresamento indígena, a expansão geográfica, a pobreza de sua sociedade, o pouco lustre de sua vida cultural, o nomadismo imposto pelas atividades a que se dedicou, o espírito de altivez, o arrojo e a tenacidade do grupobandeirante naquelas aventuras que impressionaram os próprios homens do governo reinol.

Tudo isso convida-nos aos estudo de uma história menos épica e mais humana, uma história na qual o povo apareça, como o fizeram, entre outros, Alcântara Machado, Otoniel Mota, Paulo Prado, Belmonte, Ernani da Silva Bruni, Mário Neme...

Longe do fausto e da opulência da sociedade patriarcal nordestina, o que a documentação paulista nos revela é precisamente o oposto: um núcleo de extrema pobreza, sem igual no país, a tal ponto que seus filhos precisaram deixá-lo para tentar a vida em outras áreas do Brasil. Daí, o movimento quase ciclópico de expansão paulista por quase todo o país e nas várias modalidades - apressamento, pastoreio e mineração - as quais só podem ser entendidas uma vez consideradas as condições físicas, sociais e econômicas que condicionaram a vida do Planalto. O assunto comportará outra nota. (14-9-1996)

\*

### **308. A PROPÓSITO DA EXPANSÃO PAULISTA**

Concluí a nota anterior lembrando que a pobreza da Capitania de São Paulo no século XVII levou seus habitantes a tentarem a vida em outras

áreas do país. Daí, o movimento quase ciclópico da expansão paulista nas suas várias modalidades - apressamento, pastoreio e mineração - as quais só podem ser entendidas uma vez consideradas as condições físicas, sociais e econômicas que marcaram a vida do Planalto.

Porém, muito pouco beneficiou-se São Paulo da expansão que seus filhos empreenderam em dilatadas regiões do Brasil. Ao contrário: representou o bandeirismo verdadeira sangria na população planaltina, com a corrida para os centros onde o ouro fora descoberto e junto aos quais estabeleceram os paulistas seus arraiais, origem de numerosas cidades.

Raríssima a cidade das regiões de mineração que não tenha resultado de uma fundação paulista. E não só nas Minas Gerais. Esta foi a primeira, o ponto de partida da grande expansão do século XVIII. Mal sucedidos nas Minas, os revezes sofridos pelos paulistas na chamada "Guerra dos Emboadas" - escrevi alhures - incitam-nos a procurar novos rumos para a sua expansão. Dentro de alguns anos, novos veios auríferos serão revelados, em Mato Grosso e em Goiás, incorporando essas extensas regiões do centro-oeste brasileiro à área de sua influência e garantindo para Portugal a posse definitiva de tão dilatados território quando, em 1750, tiveram de ser delimitadas as fronteiras entre a América Espanhola e a América Portuguesa".

O povoamento e conseqüente desenvolvimento das regiões de mineração tornaram-nas dentro em pouco capitâncias autônomas, destacadas de São Paulo, de maneira que, ao atingir os meados do século XVIII, a primitiva capitania paulista viu-se reduzida a menos de um terço de sua área original.

O despovoamento - quantitativo e qualitativo - levou-a a tais condições de decadência, que redundou em sua própria extinção. Em 1748, desaparecia a Capitania de São Paulo, simplesmente anexada à do Rio de Janeiro. Dezessete anos perdurou essa situação, único hiato em toda a história administrativa de São Paulo. Em 1765, era restaurada a Capitania Paulista, mas compreendendo apenas o atual Estado de São Paulo e mais o Paraná, que este, só em meados do século passado, já no Segundo Reinado, seria constituído em província autônoma, o último dos cortes sofridos por São Paulo em sua quadriseular história.

Tendo como base a cultura da cana-de-açúcar no interior da Capitania, configurou-se nova fisionomia para o território paulista. A política povoadora do Morgado de Mateus (primeiro governador do São Paulo "restaurado") levando a ocupação do solo, mediante concessão de sesmarias, até quase metade do atual território, quando, antes, a linha do povoamento detinha-se nas bordas da depressão periférica, encontrou na preciosa gramínea

todo o seu apoio. Inúmeras cidades de hoje devem seu desenvolvimento (e às vezes suas próprias existências) a essa atividade. Campinas e Itu são dos melhores exemplos.

Dentro do chamado "quadrilátero do açúcar", as atividades subsidiárias se desenvolvem como ancilares da cultura canavieira e um esboço de vida urbana vai se delineando mais para o fim do século, quando diversos núcleos de povoamento, alegando o desenvolvimento da cultura da cana e da produção de seus engenhos, foram criados em freguesias e posteriormente em vilas, com a instalação do competente poder municipal. Nova fase abre-se, portanto, à história paulista. Retornarei ao assunto oportunamente. (21/9/1996).

\*

### 309. SANTO ODILON E O DIA DE FINADOS

Lembrança das mais marcantes que me ficou de alguns anos da infância passados numa então pequena cidade do interior (atualmente uma das maiores do Estado), é a que se refere à comemoração dos mortos no chamado "Dia de Finados". Tenho, viva na memória, a movimentação que tal ocorrência causava na vida da cidade. Ninguém deixava de ir ao cemitério. O extenso caminho que conduzia à "mansão dos mortos", na época praticamente fora da área urbana, oferecia inesquecível espetáculo de romaria com imensa multidão portando coroas e flores numa homenagem aos entes queridos.

A comemoração, aliás, começava na véspera, no chamado dia de "Todos os Santos". Todo mundo se compenetrava do significado dessa homenagem aos mortos, traduzido especialmente no respeito e no silêncio implícitos à própria natureza do evento. Juntamente com a Sexta-feira Santa, era Finados o dia mais triste do ano.

A cidade grande, onde passei a viver pouco depois, fez eliminar muito desse cerimonial ou, melhor dizendo, fê-lo adaptar-se às necessidades da vida moderna. Seu significado, obviamente, jamais desapareceu.

Foi para mim uma surpresa agradável e incrível satisfação descobrir, um dia, pela leitura de uma obra histórica, que nem me ocorre hoje qual tenha sido, que o dia de Finados, para mim de tanta recordação, fora instituído há mil

anos por um meu xará, um dos poucos Odilons que a história registra. Trata-se de Santo Odilon, abade do famoso mosteiro de Cluny, que instituiu, no ano de 978, esse dia especial dedicado à evocação dos mortos, logo no dia seguinte àquele em que a Igreja comemorava (aliás, ainda comemora) o dia de "Todos os Santos".

A formabrasileira de Odilon deveria ser Odilão, que aparece de vez e quando (temos na própria Igreja brasileira um conhecido antístite assim denominado), como também apareça forma Odilo. Mas é muito mais freqüente o emprego da forma original francesa.

Deve-se lembrar, contudo, que muito antes de meu "xará", a Igreja já comemorava os mortos embora não de maneira tão sistemática. As mais antigas "missas de defuntos" remontam ao século quinto, isto é de quando começou a se tornar expressiva a expansão do cristianismo para a Europa ocidental. Lembremos, ainda, que a Igreja sempre comemorou mais a morte do que o nascimento dos seus santos. Os dias que lhe são consegrados referem-se sempre à morte, ou seja o verdadeiro nascimento para a Eternidade. Do nascimento propriamente dito raramente se sabe. É o caso do abade de Cluny, nascido aproximadamente em 962 e falecido a 1º de janeiro de 1049, razão pois de comemorar-se o seu dia no dia primeiro do ano.

De Santo Odilon, que se notabilizou pelo dia de Finados, só as enciclopédias católicas dele tratam com mais pormenores. Ou, então, a "Vida dos Santos", a grande obra de Butler, recentemente divulgada no Brasil pela Editora Vozes, de Petrópolis. Realmente, sua obra foi imensa, confundindo-se com a própria crônica de Cluny, que representa um dos pontos mais altos do catolicismo medieval, num admirável processo de reforma sem ruptura. Numerosos exemplos de virtude e de sabedoria granjearam a Odilon a estima de papas e reis, que fizeram questão de tê-lo como amigo.

A conhecida enciclopédia Espasa Calpe menciona um outro Santo Odilon, de origem belga e que viveu quase cem anos antes do famoso abade de Cluny, e que deveria ser comemorado a 28 de outubro. Mas, a obra de Butler, tão minuciosa e tão criteriosa quanto às fontes, sequer o menciona. Com a palavra os que conhecem melhor que eu a história da Igreja, para nos esclarecer sobre esse outro meu xará... (2-11-1996)

### 310. PAULISTANISMO NECESSÁRIO

Há cinco anos, quando o 25 de janeiro coincidiu com um sábado, dia de circulação desta folha, tive oportunidade de publicar uma nota, à qual intitulei "Uma data não apenas paulistana", mostrando que o dia da fundação de São Paulo não devia ser visto como uma data que interessasse apenas à Capital, mas também ao Estado, pois íntimas são as relações históricas entre um e outro. Não sendo de bom tom repetir coisas já escritas, aproveitei o 25 de janeiro deste ano para lembrar o interesse que nos deve despertar o estudo da história de São Paulo. Nos cinco anos que nos separam da nota anterior, diversos artigos publiquei, aqui e alhures, procurando incentivar o conhecimento de nosso passado, a exemplo do que vem sendo feito, com muita propriedade, em outras regiões do Brasil. E quando se considera que, historicamente, todas as regiões de nosso país estão vinculadas a São Paulo, sentimos com maior responsabilidade o estudo de nossa história.

Escrevi, há algum tempo, analisando a obra do historiador paranaense Romário Martins, sobre o sentimento "paranista" que se manifesta freqüentemente no Estado vizinho. Estado que, como todos sabem, pertenceu a São Paulo até meados do século passado; foi o último corte sofrido pelo nosso território, do qual, anteriormente, já haviam sido desmembrados Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Conscientizou-se o então novo Estado paranaense de sua importância histórica e daí o empenho no estudo de seu passado. Foi o próprio Romário Martins quem criou o termo "paranismo" para designar esse interesse por tudo quanto se refere ao Paraná.

E não é o único caso. Há um "gauchismo", um "mineirismo", um "baianismo", um "pernambucanismo", todos muito atuantes e que, dentro do espírito mais elevado, cultuam as tradições de seus Estados. E eu pergunto: quando vamos ter um "paulistanismo" que também nos leve ao interesse por tudo quanto for de nosso Estado, como acontece nas outras unidades da Federação?

Isto não significa pregar o "bairrismo", sentimento mesquinho que mais avilta do que eleva. E nem poderia ser bairrista o Estado mais cosmopolita do Brasil, com gente de todos os quadrantes do país e do mundo. Talvez o único Estado onde nunca se indagou da procedência de seus homens públicos, tendo tido, ao longo de sua história, numerosos de outros Estados, a começar por presidentes e governadores. Bernardino de Campos era mineiro, Albuquerque Lins era alagoano, Washington Luís era fluminense, Jânio Quadros era mato-grossense... E quantos, dentre os que se destacaram na

cultura, na política, na economia, na vida social! E isto quando se considera que em diversos outros Estados, suas constituições exigem que os governadores sejam naturais do Estado...

Se relembro este pormenor é tão só para recordar o papel histórico de São Paulo na nacionalidade brasileira. E é estranho que, com toda essa responsabilidade histórica, seja São Paulo o Estado que menos estuda a sua história. Entre alguém numa livraria e procure uma "História de São Paulo". Ouvirá a dolorosa resposta: "Não existe..." E não existe mesmo. Há, isto sim, muitas obras especializadas, tratando de vários assuntos relacionados a São Paulo, muitas resultantes de teses ou monografias universitárias. Mas não há o livro de síntese, aquele que poderia interessar ao povo, para que ele aprendesse a nossa história. E quantos existem nos outros Estados! E no entanto, já tivemos. Os livros pioneiros de Tancredo do Amaral e de Rocha Pombo, ambos do início do século, traziam em suas capas a preciosa indicação: "Adotado nas escolas públicas do Estado". Quer dizer, já se estudou a História de São Paulo. Por que não estudá-la de novo? (25-1-1997).



# UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

## I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

## II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

## III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ॐ PUKAMP